GESTÃO DE PROCESSOS DE COOPERATIVISMO

Uma análise dos cooperados agrícolas paraenses

GESTÃO DE PROCESSOS DE COOPERATIVISMO

Uma análise dos cooperados agrícolas paraenses

Copyright © by Fernando Costa de Queiroz
Todos os direitos reservados sob a lei nº 9610/98
Belém - Pará - Brasil

Contato com o autor:
xxxxx@wwww.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser apropriado e estocado em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação e outros, sem a permissão do detentor do copiráite. (lei nº 9.610/98)

QUEIROZ, Fernando Costa de

Q384g

Gestão de processos de cooperativismo: uma análise dos cooperados agrícolas paraenses / Fernando Costa de Queiroz_Belém/Pa: ?????, 2008.

116 p. il.: 14 x 21 cm

ISBN:

1. Educação. 2. Cooperativismo. 3. Cooperativas agrícolas. I. Título.

CDD 334

Dedico este trabalho a minha mãe, **Eliete Rodrigues Costa**, *com quem tive os primeiros contatos com associativismo.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, à minha família, em especial aos meus filhos, pela compreensão ao me verem absorto durante meses ao longo deste processo; à minha colega Caroline Benmuyal, com quem tive a honra de conviver e ter o seu auxílio na construção deste sonho; à bibliotecária Marineide Vasconcelos pelo auxílio e dedicação.

Agradecimento-homenagem a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Ministério da Agricultura, através do Departamento Nacional das Cooperativas (DENACOOP) que possibilitaram o momento de minha consultoria junto ao programa de auto-gestão e posteriormente a concretização desta dissertação.

Aos cooperados da COOPERFRAN e COOLIVRE que facilitaram a pesquisa no Município estudado; à minha orientadora Professora Drª Zita Lago Rodrigues e meu colega Professor Ms. Milton Farias, que não hesitaram em contribuir na construção deste conhecimento.

Por fim, gostaria de agradecer de maneira especial a todos aqueles que de alguma forma contribuíram na construção e concretização deste precioso trabalho, e espero que a socialização deste conhecimento ocorra de fato, a fim de ocasionar a consolidação intelectual de nosso país, onde de suas raízes afloram grandes idealizadores capazes de transformar limites em possibilidades.

PREFÁCIO

O texto elaborado pelo autor, a partir dos conhecimentos adquiridos em anos dedicados ao estudo do Cooperativismo, e alicerçado em experiências reais derivadas dos laboratórios, pode fazer diversas observações envolvendo a multiplicidade de problemas ou, melhor dizendo, de desafios que detectou e precisavam ser enfrentados em uma empresa cooperativa, cujas variáveis interpessoais se entrechocavam, devido os interesses individuais predominarem sobre o coletivo, ao que não estavam acostumados,, em parte devido a séculos de "assistencialismo", promovidos pelo governo, ao qual "entregam suas necessidades", exigindo que as resolva, ou, então, por resposta ao individualismo que lhes dificulta ou até impede constituir e manter funcionando uma empresa que tem a base de sustentação do negócio fundamentada na Confiança e, também, no grau de escolaridade e conseqüentes conhecimentos técnicos e profissionais dos cooperados.

Foi este ambiente social que o professor Fernando Queiroz encontrou, quando foi contratado pelo SESCOOP-PA, com a finalidade de estudar e elaborar um trabalho que aglutinasse as múltiplas situações sociais, econômicas e culturais dos associados da COOPERFRAN, e condensasse a situação em que se encontrava a cooperativa e apresentasse propostas de solução dos impasses que tolhiam o seu desenvolvimento empresarial, identificando seus "pontos fracos", "pontos fortes", "ameaças" e "oportunidades", cuja análise possibilitasse a elaboração de um Plano Estratégico que orientasse qual o rumo a seguir para corrigir os problemas que entravavam o desenvolvimento econômico da COOPERFRAN, com melhor resultado social para os cooperados, identificando quais o Objetivos a serem alcançados no tempo, estabelecendo Metas e Prazos para essa finalidade.

Tudo isso foi conseguido a partir de muito esforço e dedicação, apresentando suas conclusões em um trabalho analítico, no qual suas observações "in loco", detalharam além dos aspectos sócios econômicos da população envolvida no ambiente cooperativo, também a produtividade e valor do produto a ser vendido, demonstrando a viabilidade financeira do empreendimento cooperativo, o qual veio a se constituir no alicerce sobre o qual foi trabalhada e desenvolvida a presente tese, que lemos com atenção, e agradecemos o privilégio de prefaciá-la e poder apresentá-la depois ao público cooperativo, ou não.

Dr. Erivaldo de Jesus Araújo
Presidente da OCB-SESCOOP-PA

PREFÁCIO

O ingresso do Professor Fernando Costa de Queiroz nos estudos e conhecimento da temática de autogestão em cooperativas teve a sua gênese em experiência pessoal, quando o convidei a enfrentar o desafio de gerenciar a Cooperativa de Consumo de Vila dos Cabanos, em Barcarena - Pará, onde se deparou com questões complexas, que pediam respostas imediatas, para as quais entendeu haver necessidade de investigação e obtenção de suporte científico. Daí a aplicação de esforços em formação acadêmica, especialização, mestrado e, por fim, o doutorado para satisfação da sede do saber.

O presente trabalho aborda uma concepção de investigação estruturada e análise estatística do universo agrícola paraense, enfocando o associativismo no trabalho produtivo. Propondo uma estratégia político-educativa que tem uma perspectiva emancipadora do trabalhador, cuja produção da mais-valia absoluta busca a sua valorização por intermédio do trabalho cooperativo e da sinergia conseqüente, com vistas aos trabalhadores que produzem para si, atividade de efeito útil entre produtor e o produto e, também, uma relação de produção, especificamente, de desenvolvimento social.

A estratificação dos dados obtida, desde os informes globais até o enfoque regional, empresta uma visão privilegiada do desenvolvimento e situação atual do cooperativismo no Estado do Pará.

A dedicação do Professor Fernando Queiroz aplicada ao associativismo e a gestão empresarial, quer como educador, quer como participante de pesquisas e fóruns pertinentes, especialmente, como membro do Conselho de Ética do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Pará o qualificam como estudioso da matéria que busca uma alternativa de trabalho e renda, com inclusão social tendo como suporte os princípios da Economia Solidária.

O resultado de tamanha dedicação se evidencia neste trabalho que tem como perspectiva apresentar a Gestão de Processos de Cooperativismo: Uma análise do Cooperativados Agrícolas Paraenses, que tenho a honra de prefaciar e apresentar aos interessados desta relevante ramificação da economia baseada em desenvolvimento sustentado.

Merandolino J. J. Quadros
Gerente Administrativo da GEXPAN - ALUNORTE
Especializado em Implantação de Projetos

PREFÁCIO

Historicamente destaco que o pensamento cooperativo moderno surgiu na Europa Ocidental com o advento da Revolução Industrial no inicio do século XIX. Com os pensadores da época, foi se consolidando a filosofia que fundamenta o cooperativismo em todo o mundo. Destacam-se entre eles: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865 e Louis Blanc (1812-1882). É, substancialmente, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, onde procura construir outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição eqüitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro.

O cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que aparece historicamente junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, além do que, propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio coletivo. Portanto, o cooperativismo funciona como um sistema e as cooperativas como a unidade econômica e espaço de convívio e transformações.

Segundo o ministro Reinhold Stephanes "a melhor síntese do agronegócio brasileiro encontra-se nas cooperativas, porque elas tratam desde a assistência técnica do fornecimento de insumo, da comercialização de produtos, da industrialização desses produtos. É o melhor caminho para o desenvolvimento rural".

Assim, o presente livro passa a ter uma relevância fundamental destacando as cooperativas agrícolas como sendo de grande importância para o desenvolvimento do pequeno agricultor rural, pois estes são economicamente fracos, com necessidade de autodefesa pela cooperação.

Outro fator relevante é que justamente a obra é fruto de um trabalho árduo de um docente dedicado e altamente envolvido com as questões do cooperativismo no Estado do Pará.

Portanto, o autor nos remete a uma profunda análise dos modelos de associativismo que hoje são praticados em nosso Estado. Entendida a importância das questões pertinentes ao associativismo, na sua plenitude, teremos com toda certeza uma sociedade mais justa.

Mauro dos Santos Leônidas
Professor da Universidade da Amazônia - UNAMA

“A diferença entre o fracasso e o sucesso é uma tentativa a mais”.

(NAPOLEON HILL)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema cooperativista no Brasil 61
Figura 2 - Fluxo do agronegócio 64
Figura 3 - Distribuição dos cooperados por região 65
Figura 4 - Cooperativas por regiões 66
Figura 5 - Modelo de gestão das cooperativas 77
Figura 6 - Distribuição dos cooperados segundo os tipos de créditos 78
Figura 7 - Conhecimento dos processos organizacionais das cooperativas COOPERFRAN/COOLIVRE 79
Figura 8 - Fatores de influência da atividade cooperativista 80
Figura 9 - Modelo básico do processo de planejamento estratégico das cooperativas 82
Figura 10 - Formulação estratégica militar 83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação dos imóveis, produtores e distribuição fundiária 29
Tabela 2 - Divisão das cooperativas por Estados no Brasil 62
Tabela 3 - Atividades econômicas das cooperativas 63
Tabela 4 - Mercado Internacional das cooperativas 64
Tabela 5 - Nível de escolaridade dos cooperados 66
Tabela 6 - Núcleos regionais das cooperativas no Pará 71
Tabela 7 - Situação profissional dos cooperados 89
Tabela 8 - Distribuição dos dados sócio-econômicos da amostra de gestores das cooperativas 98
Tabela 9 - Distribuição dos dados sócio-econômicos da amostra dos sócios-cooperados 100
Tabela 10 - Apresentação dos resultados das pontuações dos elementos conhecimento, habilidade e atitude dos cooperados 101

LISTA DE SIGLAS

ACI: Aliança Cooperativa Internacional
ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
BIRD: Banco Mundial
CAMTA: Cooperativa agrícola Mista de Tomé-Açu
CMDR: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
CONCRED: Congresso Brasileiro de Cooperativas de Crédito
COOLIVRE: Cooperativa Agrícola Livre União de São Francisco do Pará
COOPERFRAN: Cooperativa Agroflorestal de São Francisco do Pará
COOPERTUR: Cooperativa de Turismo
DENACOOP: Departamento Administrativo Nacional das Cooperativas
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FADESP: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FATES: Fundo de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social
FMI: Fundo Monetário Internacional
G –7: Grupo de países economicamente desenvolvidos
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
NAFTA: Acordo de livre comércio da América do Norte
OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG: Organização Não-Governamental
PLANFOR: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PIB: Produto Interno Bruto
PNUD: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PROGER: Programa de Geração de Emprego e Renda
SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SOCIPE: Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO 1 - DELINEAMENTO DA PESQUISA 21

1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA 23

1.2 - CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ 27

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO E TRABALHO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO 31

2.1 - EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL 33

2.2 - A PEDAGOGIA CIDADÃ E SOCIAL 37

2.3 - AS VÁRIAS FACES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ONTEM E HOJE 42

2.4 - AÇÕES PEDAGÓGICAS DE QUALIDADE: TRANSFORMANDO LIMITES EM POSSIBILIDADES 45

CAPÍTULO 3 - GESTÃO DE PROCESSOS DO COOPERA-TIVISMO 49

3.1 - A GÊNESE DO COOPERATIVISMO 51

3.1.1 - UTOPISTAS DO COOPERATIVISMO 54

3.1.2 - PRECURSORES 55

CAPÍTULO 4 - COOPERATIVISMO NO BRASIL: O ENFOQUE NO PARÁ 59

4.1 - A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO RURAL 64

4.2 - O COOPERATIVISMO E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 68

4.3 - ASPECTOS LEGAIS DAS COOPERATIVAS 72

4.4 - SISTEMAS E PROCESSOS DAS COOPERATIVAS 75
4.5 - ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DAS COOPERATIVAS 78
4.6 - A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO COOPERATIVISMO 84
4.7 - A PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL 87
4.8 - OS LIMITES DA PROPOSTA DO COOPERATIVISMO 90

CAPÍTULO 5 - ANALISANDO OS COOPERADOS AGRÍCOLAS 93
5.1 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 95
5.2 - NATUREZA DA PESQUISA 95
5.3 - POPULAÇÃO E TAMANHO DA AMOSTRA 95
5.4 - PERSPECTIVA DO ESTUDO 96
5.5 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 97
5.6 - COLETA DE DADOS 98
5.7 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS 98

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 105
REFERÊNCIAS 110

INTRODUÇÃO

Neste momento, ganham evidência questões relativas à gestão, educação e às relações que estas mantêm com o mundo do trabalho. Dentre elas, a qualificação profissional tem constituído em um dos eixos temáticos a nortear várias pesquisas que procuram compreender os nexos destas relações.

Por conseguinte, o objetivo deste trabalho refere-se aos debates em torno da qualificação profissional, bem como aspectos educacionais nas cooperativas não são fatores recentes. Sendo a relação humana com a natureza mediada pelo trabalho, sua realização exige, dos que o realizam, certas habilidades. Contudo, se a qualificação profissional e os conhecimentos em torno das "ferramentas" de gestão organizacional fazem parte da história do trabalho, estes não se apresentam da mesma forma e com o mesmo significado neste processo.

O que significa ser um indivíduo qualificado? Como este grupo qualificado, deve aplicar seus conhecimentos e gerir seus empreendimentos cooperativos? Estes questionamentos, não só se apresentam com o mesmo significado, como também são profundamente demarcados pelo seu tempo e pelas relações sociais historicamente construídas.

Dentre as possíveis hipóteses que originaram tal trabalho, destacam-se as seguintes:

- A gestão das cooperativas é incipiente, devido os níveis de escolaridade diferenciados dos seus gestores;
- As articulações entre Governo e Cooperativas nem sempre beneficiam este tipo de empreendimento;
- A falta de planejamento contribui substancialmente para o insucesso destes empreendimentos *sui generis*.

Na sociedade capitalista a qual estamos inseridos, interessa ao capital dispor de uma força de trabalho qualificada e, por conseguinte, produtiva. Existe, na realidade, um terreno marcado por interesses comuns entre o capital e o trabalho. No entanto, as contradições que advêm da forma como essas relações se organizam, da forma heterogênea como o capital se manifesta e da fragmentação da força de trabalho, e da educação em nosso país.

Neste sentido, a educação cooperativa é importante no contexto de país desenvolvido, muito mais o é em países em desenvolvimento, sendo este, um dos principais motivos que levaram à idealização deste trabalho, em especial, o caso brasileiro. É notório que os Pioneiros de Rochdale, como uma das primeiras iniciativas, ajudou os associados analfabetos a alfabetizar-se, criaram uma biblioteca e duas salas de leitura com revistas e jornais, para que,

além de alfabetizados, estivessem bem informados sobre sua realidade. Isso, em uma época em que só se freqüentava a escola até os 14 anos, e também em que o poder público se mostrava omisso em oferecer educação sistemática à pessoas adultas. Quando o Governo, aos poucos, foi assumindo tal tarefa, as cooperativas por um tempo se julgaram liberadas do compromisso da educação, também da educação cooperativa, gerando um crescente afastamento do associado, que não participava mais.

No que tange o conteúdo da educação cooperativa, isto é, conhecimento, capacitação técnica e disciplina social, podem notar que o conhecimento é sistemático, e em graus variáveis. Todos os associados necessitam de informações, enquanto conhecimento exato e atualizado dos fatos e acontecimentos, em relação com as tarefas práticas ou as decisões a adotar ou pôr em prática. Necessitam igualmente de conhecimento técnico, que os relacione com a complexidade de funcionamento das instituições cooperativas, em especial, com a engrenagem do processo democrático. Requerem igualmente conhecer a gênese do movimento, bem como, conhecimentos sociológicos, econômicos, administrativos e psicológicos do fenômeno cooperativo.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma: o **Capítulo 1** visa elucidar os aspectos metodológicos, justificativa e objetivo que levaram à realização da pesquisa, ainda, traz informações históricas, territoriais e estatísticas de São Francisco do Pará, o *Logus* desta pesquisa. No **Capítulo 2**, o eixo temático a ser desenvolvido, centra-se nos aspectos relacionados às várias faces da educação, trabalho, e qualificação profissional, além das relações que engendram todo o processo e, portanto, as crises trilhadas pelo capital. Destacamos ainda, a forma que o modelo neoliberal apresenta atualmente, a integração de países através do atual padrão de desenvolvimento, além do crescimento de desigualdades que passam a permear o contexto nacional. Ainda, sob este viés, no **Capítulo 3**, destacamos a gênese, estruturação e gestão de processos do cooperativismo, determinamos a forma de organização destes empreendimentos peculiares, com enfoque em seus valores e princípios, bem como, o reforço de seus aspectos legais. No **Capitulo 4**, temos o enfoque no Município estudado, a relevância das cooperativas agrícolas no contexto brasileiro e por fim, seus processos de planejamento para a obtenção do êxito esperado. No **Capítulo 5**, o escopo centra-se na metodologia utilizada para a realização da pesquisa de campo nas cooperativas agrícolas do município estudado, a partir da aplicação de questionários, avaliação sócio-econômica, além da apresentação de dados conectados aos capítulos anteriores.

Por fim, hoje, é relevante ao associado e aos dirigentes estarem

sensíveis aos meios de comunicação de massa, que informam grande número de públicos e de forma imediata. A informação completa, exata e rápida possui íntima ligação com a democracia, pois, além da participação em reuniões e assembléias, é importante que o associado possa contar com boletins, jornais, programas televisivos ou de rádios, para um maior e melhor conhecimento do processo cooperativo.

CAPÍTULO 1

DELINEAMENTO DA PESQUISA

No presente capítulo, inúmeras questões relacionadas à educação e às relações que esta mantém com o mundo do trabalho nos possibilitam destacar a qualificação profissional que gera diversos debates norteadores de pesquisas que buscam compreender esta relação.

1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

No que concerne à qualificação profissional, é válido enfatizar que não se trata de um assunto cujas discussões são fatores recentes. A relação homem *versus* natureza é mediada no universo do trabalho e sua realização exige multi-habilidades dos que participam do processo. Contudo, se a qualificação profissional faz parte do histórico que permeia o mundo do trabalho, ela então não se apresenta do mesmo modo e com o mesmo significado ao longo deste processo.

Sob este viés, é relevante levantar as seguintes questões: De que forma se pratica a qualificação profissional? Como preparar um indivíduo com habilidades múltiplas para interagir no mercado de trabalho? Qual o perfil profissional aspirado pelas organizações no contexto atual? Quem é o principal responsável pelo processo de qualificação profissional em nosso país? Como podemos perceber, estas indagações apresentam-se interligadas, de maneira que todas são demarcadas pelo seu tempo e pelas relações sociais historicamente construídas.

Na medida em que ocorre a difusão de informações e serviços, eleva-se a necessidade de buscar riquezas intangíveis, decorrentes da inteligência e intelecto do "material humano" no mundo econômico e corporativo. Portanto, ao buscar soluções para desenvolver os profissionais disponíveis no mundo do trabalho, Ricciardi (1997) enfatiza que o cooperativismo é a proposição mais compatível com o estágio sócio-econômico brasileiro e mais adequado às nossas necessidades. Desta forma, se o cooperativismo é uma boa solução para que se possa estar no mercado em condições favoráveis, isto não quer dizer que basta adentrar em uma cooperativa, para que se possa viver em um "mar de rosas". As cooperativas brasileiras, em sua maioria, enfrentam sérios entraves, como os de ordem econômica, educacional, ou ainda de participação dos seus membros.

Apesar de uma realidade pouco favorável no cenário brasileiro, o sistema cooperativista, possui grandes perspectivas de prosperidade, contudo,

é muito comum ocorrer em países em desenvolvimento, o reforço dos princípios bem como, das idéias filosóficas do cooperativismo, do que seus aspectos educacionais e estratégico-gerenciais.

Na verdade, o que ainda ocorre, relaciona-se a mitificação de que este sistema é a ferramenta mais eficaz no combate ao "capitalismo selvagem" existente, adotando, assim, uma visão romântica da conduta e moral de seus cooperados, divergindo com o que ocorre na realidade.

No que concerne o enfoque agrícola e centrando-se em nosso objeto de estudo, o Estado do Pará, é o segundo maior estado brasileiro, com uma superfície de 1.248.042 Km², o que corresponde à cerca de 15% do território nacional. Além disso, possui uma vasta biodiversidade, gerando vultosos benefícios econômicos para a região paraense. O potencial hidrográfico regional também favorece a piscicultura em larga escala, um outro legado natural, porém a variedade de recursos naturais existentes, não havia garantido Estado uma infra-estrutura agrícola eficiente, pois não existiam, até então, investimentos no setor. Assim, a partir da década de 70, com o aumento de *lobbies* político-econômicos na região em decorrência de pesquisas, exploração mineral, investimentos no setor pecuário, culminaram diretamente para um desenvolvimento próspero em nosso estado. Foram investidos alguns bilhões de dólares para que este investimento se concretizasse o mais rápido possível, além de ocuparem milhares de hectares de floresta para adequá-la a nova estrutura agropecuária. Todavia, a maioria da população paraense não se beneficiou com este desenvolvimento regional, que apesar das inovações, marginalizou inúmeras famílias de trabalhadores do campo, sendo incapaz de resgatar a dignidade de seu povo.

Desta forma, o problema central da pesquisa, fundamenta-se em analisar os aspectos educacionais e gestão de processos, no ambiente interno das cooperativas agrícolas, em um município localizado na mesorregião do Estado do Pará, isto é, o município de São Francisco do Pará, no período de 2000 a 2004, visto que, a maioria delas possui uma estrutura de profissionais que desconhecem ferramentas de gestão o que impossibilita a sua expansão, bem como o alcance de seus ideais, contribuindo assim para o insucesso destas organizações.

Com base nas considerações abordadas nesta problemática, é válido ressaltar que a pesquisa visa à construção de um perfil coletivo do segmento, isto é, voltado à cooperação mútua, e principalmente de que maneira o trabalho educacional vem sendo difundido em meio a estas organizações, de forma a sugerir ações que possam favorecer a atuação destas cooperativas como

agentes colaboradores do desenvolvimento local em meio a uma economia globalizada.

No que tange o processo produtivo, Albuquerque (1998, p. 85), enfatiza que se faz necessário adotar diferentes caminhos nos processos produtivos:

É neste ambiente territorial que as micro, as pequenas e as médias empresas conseguem fazer da ameaça uma oportunidade, driblando as dificuldades de acesso às tecnologias de produção, mostrando-se verdadeiras empreendedoras. Porém, é necessário melhor parceria entre instituições pública e privada, possibilitando a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento produtivo de determinada região.

No âmbito rural, este desenvolvimento não pode ser considerado apenas no aspecto agrário, pois nesta área é possível intentar atitudes industrializadoras dos produtos primários, artesanato, meio ambiente, turismo rural, ecológico, agroturismo, patrimônio cultural e paisagístico e serviços em geral. Podemos entender este desenvolvimento rural, como um incremento de criação de novas empresas com atitudes relacionadas a um novo ambiente propício ao acesso de serviços avançados para apoio a produção e desenvolvimento de uma cultura inovadora para a área, a exemplo das cooperativas agrícolas.

Por fim, para se obter êxito nas iniciativas locais de desenvolvimento é preciso que os agentes diversos atuem no território, interagem com os poderes públicos locais, que assumem e promovem estas iniciativas. Além disso, a educação possui um papel indispensável na formação profissional dos indivíduos, pois para que haja a concretização destas alternativas por parte do governo, é fundamental que exista mão-de-obra qualificada o suficiente para atender às necessidades mercadológicas.

Portanto, considerando-se tais condicionantes, é que a temática a ser abordada, tem por escopo investigar os aspectos educacionais de gestão e sócio-econômicos nas cooperativas agrícolas do município de São Francisco do Pará (Brasil), no período de 2000 a 2004, visto que, as dificuldades educacionais nas cooperativas analisadas intensificavam-se e houve percepção de que a necessidade de amenizar os mesmos era por meios científicos, gerando uma proposta capaz de sugerir aos membros das cooperativas, o seu desenvolvimento através da educação.

É sabido que para ocorrer a evolução social de uma nação, faz-se necessário priorizar a formação e implantação da cidadania, utilizando a educação como sua ferramenta principal, sendo capaz de transformar adversidades, em grandiosas oportunidades. Desta forma, é preciso que os profissionais do âmbito educacional, bem como os cidadãos, criem possibilidades em torno dos objetivos comuns na perspectiva de convertê-los

em ações, a fim de atingir os ideais daqueles que fazem parte de todo este processo. Portanto, estas considerações remetem a um entendimento de que a luta pela transformação social, na qual a escola está inserida, não ocorrerá caso as questões relacionadas ao desemprego estrutural, miséria, remuneração insuficiente, jornada de trabalho, e todo tipo de injustiça social que permeia a sociedade, não forem discutidas na sua totalidade. Assim, a escola estará desenvolvendo um trabalho que possa atender todas as necessidades do cidadão, que nela deposita seus anseios, cumprindo com seu papel de instrutora e educadora.

Daí a relevância, nos dias atuais, da organização de um trabalho pedagógico capaz de promover uma ação educativa que consiga emergir uma consciência crítica que legitime as experiências e/ou histórias dos estudantes as quais geram um sentido no mundo, habilitando-os a intervir na formação de suas próprias subjetividades, acarretando uma reconstrução da imaginação social em benefício da liberdade humana.

Sob este enfoque, Gramsci (1997, *apud* FRIGOTTO, 2002, p. 161) entende que:

> *O trabalho é a própria forma de o ser humano valorizar ativamente na vida da natureza a fim de transformar e a socializar. Daí a sua proposta de uma "escola única de cultura geral, humanística, formativa, que considere justamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar de forma manual (técnica, industrialmente) e o da potencialidade do trabalhador intelectual".*

Na visão da nova relação de trabalho-educação, para que exista uma relação interativa e fértil entre trabalho e educação, é indispensável superar a noção de que a educação tem objeto em si mesma, e, portanto, subordina o trabalho enquanto outro pólo da relação. Esta situação é responsável pela inversão dos termos e das propriedades, criticadas por Frigotto (2002, p. 25).

Neste texto, as cooperativas agrícolas constituem um aspecto essencial da gestão escolar democrática. Nela se efetiva uma prática pedagógica participativa, pois todos os seus membros podem transmitir suas opiniões, defender seus interesses com segurança, na certeza de que eles conquistaram um espaço importante, visto que todos estão na mesma condição.

Portanto, isto significa que a prática educativa e conhecimento de instrumentos de gestão, além da dimensão necessária para o fortalecimento de uma prática social crítica e modificadora, por ser um fenômeno humano, carregado de historicidade, portanto não cabendo o determinismo de

sua trajetória, muito pelo contrário, o pragmatismo educativo pressupõe possibilidades, impregnado pelo desejo de liberdade em que a humanidade, enquanto seres criativos, possam aventurar-se na busca de novos formatos da educação.

Por fim, acredita-se que o cooperativismo, em toda a sua plenitude, vem contribuir decisivamente para as áreas pedagógica e agrícola. Isto se torna evidente, quando a interação com o outro e o meio, o respeito ao grupo com condição de sobrevivência, o desenvolvimento do senso crítico-construtivo, a atitude democrático-participativa como condição para a promoção da excelência pedagógica, vem, afinal subsidiar o avanço tecnológico, indispensável para a eficiência e eficácia deste processo. Entretanto, o ensino cooperativista e suas relações de trabalho ainda enfrentam desafios, e uma delas centra-se na dificuldade do cooperado no que se refere à dualidade de papéis: dono e cliente da sociedade, o que trava a realização desta tarefa. Assim é o comportamento de uma importante parcela de cooperados, considerando-se apenas como cliente, exige mais e melhores serviços da sociedade sem o correspondente comportamento de proprietário.

No objetivo de dar forma e sentido a essas questões, a pesquisa promoveu estudo junto às cooperativas agrícolas de São Francisco do Pará, em seus aspectos educacionais e gestão de processos, sócio-econômicos, identificando suas expectativas e necessidades para o desenvolvimento profissional de seus sócios-cooperados.

Em termos específicos pretende-se identificar e caracterizar os principais entraves relacionados à educação nas cooperativas agrícolas de São Francisco do Pará e delinear o perfil sócio-econômico dos associados das cooperativas agrícolas do município estudado, dessa forma desenvolver e propor uma metodologia que dê subsídios, suporte educacional e sugestões para os principais problemas identificados na pesquisa, junto às cooperativas agrícolas de São Francisco do Pará.

1.2 - CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

Observando que a relevância do estudo no Município teve por base a necessidade de desenvolvimento local, por se tratar de um local cuja atividade predominante é a agricultura, estrutura e incentivos governamentais, contudo não prosperavam devido a entraves internos, isto é, de auto-gestão de suas cooperativas.

No final do século XIX, houve a necessidade de desmembrar certas áreas de terras que possuíam condições propícias ao desenvolvimento e por estarem estrategicamente situadas ás margens da Estrada de Ferro de Bragança no início de sua implantação.

Dentre os vários povoados que surgiram na época, estava Pedra do Diabo ou Anhangá, na língua indígena, devido a um antigo igarapé existente na localidade. Com o passar dos anos recebeu o nome de Augusto Montenegro, em homenagem ao governador da época.

A criação do povoado foi em 1903, mas somente em 30 de dezembro de 1943 foi emancipado, pela lei 4.505. O município de São Francisco do Pará que enaltece o nome de São Francisco de Assis, localizado-se na Zona Bragantina. Os primeiros moradores do Município eram nordestinos, que vinham fugindo da seca do Nordeste, nas primeiras décadas do século, eram cearenses e maranhenses que fixaram suas residências às margens da Estrada de Ferro Belém-Bragança, em busca de melhores condições de vida e fácil comunicação (COSTA, 2003).

Por conseguinte, possui uma população de 11.928 habitantes, segundo dados do IBGE (2000), 473,56 km², e está situado na microrregião Bragantina e Mesorregião do Nordeste paraense, nas coordenadas geográficas 1°10'10" de latitude e 47°47'43" de longitude. Limita-se ao Norte com Terra Alta e Marapanim, ao Sul e a Oeste com Castanhal e a Leste com Igarapé-Açu e Santa Maria.

No que concerne aos aspectos naturais, o relevo é plano, entre suave e ondulado, ou seja, relevo de colinas baixas com declives suaves. Em relação ao clima do Município é tropical úmido, com variação anual de temperatura entre 24° e 25° C, sendo a máxima de 32°C e a mínima de 20°C. O período mais chuvoso situa-se entre os meses de janeiro a junho, com precipitação anual de 2000 a 2500ml, e aproximadamente, 200 dias de chuva anualmente. A estiagem ocorre entre os meses de setembro a novembro.

No aspecto vegetal, predomina no Município a floresta tropical, apresentando-se atualmente bastante diversificadas, e com áreas antropizadas, devido às fazendas de gado que já ocupam grande parte do território franciscano, além da agricultura de subsistência. Todavia, o desmatamento apresenta um percentual considerável em áreas alteradas em relação a parte intacta.

Em relação à hidrografia, os principais rios são: Marapanim (braço direito), que atravessa grande parte do município; Inhagapi e os igarapés Pau Amarelo, Jambu-Açu entre outros menores. Nas proximidades dos rios e igarapés da cidade surgiram os aglomerados que até hoje permanecem.

Tabela 1: Classificação dos imóveis, produtores e distribuição fundiária.

CLASSIFICAÇÃO				DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA		
DOS IMÓVEIS		DOS PRODUTORES				
Categoria	**N°**	**Categoria**	**N°**	**Situação**	**Extratos**	**Quant.**
Minifúndio	748	Minifúndio	276	**Proprietário**	0 a 10	15
Empresa Rural	74	Pequeno	621	**Arrendatário**	11 a 100	695
Latifúndio	1	Médio	120	**Posseiro**	101 a 1000	112
		Grande	22	**Ocupante**	4000 a 5000	1

Fonte: Elinaldo Carvalho, Chefe local da EMATER/PA. (2000)

A estrutura fundiária do Município apresenta predominância de imóveis rurais caracterizados como pequenas propriedades, possuindo áreas entre 10 a 100 hectares, perfazendo um total estimado de 80% dos imóveis existentes, conforme tabela acima:

No âmbito agrícola do Município é voltada para agricultura familiar, enfrentando sérias dificuldades no que diz respeito ao desempenho e desenvolvimento, devido à falta de uma organização bem mais estruturada, envolvendo as comunidades, assistência técnica, estradas e acesso às linhas de crédito existentes.

Os principais produtos agrícolas comercializados em São Francisco são oriundos de pequenas propriedades, sendo eles: pimenta-do-reino, mamão, mandioca, fumo, hortaliças, urucum, laranja, melancia, além da extração do látex das seringueiras localizadas na granja Maratnon.

Sob o aspecto educacional no município em questão, a rede de ensino municipal dispõe de 22 unidades escolares, que prestam atendimento de pré-escola à 4ª série do ensino fundamental, sendo 01 na zona urbana e 21 na zona rural.

Neste período, foram matriculados pela rede municipal de ensino 170 alunos na zona urbana e 949 na zona rural entre 07 e 14 anos de idade. No que concerne o quadro funcional da secretaria Municipal da Educação, conta com 42 professores, dos quais 19 são leigos e os outros 23 restantes possuem como qualificação o ensino médio.

Os índices de analfabetismo aproximam-se de 28,5%, já os índices de evasão escolar aproxima-se de 24,02% e o de repetência de 36,27%. Atribui-se

tais índices tão elevados ao fato de muitas famílias que no período da colheita retiram seus filhos da escola a fim de que se juntem a eles no trabalho e, ainda, ao baixo grau de especialização dos professores. Este quadro concorre para o insucesso da escolaridade e aumento do número de alunos com defasagem em relação série/idade. O ensino da Rede Estadual possui um estabelecimento que atende a 1.225 alunos do ensino fundamental e médio. Assim, sem um nível de escolaridade mínimo capaz de gerir estes empreendimentos, neste caso, as cooperativas agrícolas, torna-se impossível acarretar resultados positivos.

Por fim, com o escopo de contribuir para o desenvolvimento regional, houve a necessidade de analisar cientificamente o local, na busca de resultados mais favoráveis, conforme Relatório do CMDR[1].

Procurando identificar melhor o conhecimento, as habilidades e as atitudes, optou-se por trabalhar como uma metodologia exploratória e descritiva; a pesquisa ocorreu por meio de um seminário e reuniões. A técnica utilizada para a análise dos dados coletados foi quantitativa e qualitativa, com análise comparativa.

É relevante ressaltar, também, que os trabalhos sobre as competências essenciais são inúmeros, tanto em nível nacional como internacional. Contudo, são incipientes os estudos sobre o desenvolvimento intelectual e profissional dos sócios-cooperados no ambiente interno das cooperativas agrícolas do município de São Francisco do Pará (Brasil), visto ser região com grandes perspectivas de crescimento no setor agrícola, sendo interessante contribuir para uma conscientização maior em relação à busca do conhecimento como forma de desenvolver a determinada nação.

Pode-se caracterizar, portanto, a limitação do estudo pela não-existência de um portifolio das competências e habilidades da equipe de cooperados que fazem parte das cooperativas agrícolas do município estudado. Apesar da cadeia hierárquica existente na estrutura da organização, o objetivo de cada escala hierárquica não se encontram bem definidos. Isto ocorre, devido à diversidade do nível de escolaridade dos sócios-cooperados, bem como, por conseqüência, o desconhecimento de ferramentas de gestão. Daí a necessidade de expandir este estudo para toda a equipe, visando à identificação das competências, na visão dos participantes das cooperativas agrícolas do município estudado.

1 Relatório do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. São Francisco do Pará, mar. 2000, p. 9 – 60.

C A P Í T U L O 2

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo ressalta aspectos relacionados à educação, ao trabalho e à qualificação profissional. Porém, centramos mais atenção nas relações que engendram todo processo, no qual apontam as crises trilhadas pelo capitalismo, pois é objetivo da presente proposta trabalhar mais amiúde a questão educacional.

2.1 - EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As transformações em nível mundial vêm acontecendo em ritmo cada vez mais intenso, sendo possível entender que o nosso planeta já não é mais o mesmo, mudou-se completamente o seu mapa político, econômico e cultural, em comparação às sociedades passadas, enfatizou-se a globalização dos mercados, a formação de blocos econômicos em diversas partes do mundo e a rapidez das inovações tecnológicas demonstrando que vivemos em cenários de alta mutação, do ponto de vista da sociedade como um todo.

A sociedade toma consciência das grandes transformações que ocorrem na economia, nas relações sociais, políticas, na organização do trabalho e no próprio papel do elemento antrópico neste contexto social e produtivo. As informações passaram a ser o recurso estratégico substancial para o sucesso e adaptação dos indivíduos em um ambiente altamente competitivo.

As organizações são grupos de pessoas que arregimentadas, passam a buscar, trabalhar e relacionar as informações adquiridas de tal forma que, somadas; se transformam em um grandioso arquivo. Existem organizações que são capazes de associar recursos humanos em estágios diferentes de aquisição de informações e colocam a sua experiência, o seu conhecimento adquirido em favor de um determinado grupo. Quanto mais informações surgem, mais conhecimentos são adquiridos em favor de um bem-estar comum. Esta movimentação em prol do conhecimento sugere motivação à competitividade. Os novos entrantes, termo utilizado por Porter (1997) para se referir as concorrentes, que se colocam frente à postura de “matar ou morrer”, obrigando à incessante busca de conhecimentos.

Desta forma, para obter vantagem competitiva, a organização se vê obrigada a encontrar meios de ensinar os homens que dela fazem parte a gerar estas informações e conhecimentos. A organização obriga de maneira estudada e aprovada, que seus recursos humanos passem a operacionalizar o que antes era enquadrado como impreciso.

Souza (2002) aponta a natureza das políticas sociais do Estado capitalista como um fator determinante tanto do patamar de desenvolvimento das forças produtivas quanto dos avanços do processo de democratização

das relações de poder, ou seja, industrialismo/democracia são os elementos determinantes da natureza das políticas da sociedade de classes. Na medida em que tal elemento impulsiona a redefinição das estratégias econômicas e político-sociais do Estado.

A ênfase neste aspecto segundo a autora, se faz necessária, pois o Estado diante das necessidades do capitalismo, é o instrumento regulador de valorização do capital, além do que é um elemento que faz a mediação política dos interesses antagônicos que perpassam a sociedade urbano-industrial.

As relações de trabalho vêm se alterando, em virtude do novo paradigma tecnológico e pelo avanço cada vez mais acelerado da ciência que em consonância com as diretrizes governamentais e políticas tem contribuído para o aumento do fosso social entre países desenvolvidos, em desenvolvimento.

No caso do Brasil, observa-se um salto tanto quantitativo, quanto qualitativo de suas empresas, neste ponto, economicamente o Brasil, tem seguido a risca o que dita as normas do FMI, BIRD e as demais instituições financeiras, dentre estas imposições existem aquelas nas quais apontam, aonde, os recursos deverão ser alocados e quais os objetivos a serem exigidos.

Estas medidas impõem ao Estado e à sociedade políticas sociais do Estado capitalista. De acordo com Neves:

> *[...] o Estado, embora continue a deter o uso legítimo da força, podendo pôr em funcionamento seu aparato repressivo para inviabilizar a organização das massas populares, vê-se compelido a utilizar cada vez mais amplamente estratégias políticas que visem à obtenção do consenso, diante da ampliação dos espaços superestruturais estreitos da democracia clássica. Tais estratégias, resultantes do embate entre os interesses conflitantes das classes no âmbito do Estado – no sentido estrito – e na sociedade civil, tanto incorporam demandas reais das classes dominadas como procuram garantir a hegemonia do grupo monopolista dependendo da correlação das forças sociais em cada formação social concreta (NEVES, 2000, p. 16)*

Por conseguinte, enfatiza-se que a natureza das políticas sociais em meio às sociedades de classes, com destaque às políticas públicas capitalistas, que são uma resposta de valorização do capital e de articulação política das aspirações contrárias no que tange à sociedade urbana e industrial.

Neste contexto, a questão educacional no que se refere à política social do Estado capitalista tem atendido às necessidades de valorização do capital, simultaneamente em que se tem constituído num instrumento de emancipação dos trabalhadores por intermédio do acesso ao conhecimento produzido no ambiente intra-social.

Contudo, é válido ressaltar a existência de uma contradição no empenho da classe burguesa, no que diz respeito à aquisição da ciência e tecnologia na elevação da produtividade industrial, onde a exigência tecnocientífica subjacente à necessidade de valorização do capital, por parte da burguesia que não deve, de acordo com o mesmo autor, ser considerada isoladamente do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, pois a organização científica do trabalho – taylorismo e fordismo – vai se materializando de forma crescente nas práticas sociais diretamente produtivas, bem como nas superestruturas jurídico-políticas e ideológicas.

Na realidade brasileira, há uma dependência muito grande da situação econômica e, portanto, tecnológica. As tecnologias de informações têm impactos mais amplos que levam ao desvio de procedimentos e áreas com encorajamento de suas eliminações ou alteração de suas responsabilidades e/ou atividades. A informática carrega em seu movimento, inúmeras decisões em sua estrutura, seus processos organizacionais e acarretam diante disso uma nova relação do empregado com seu trabalho.

Dentre o que fora citado, surgem na sociedade atual, empresas que vêm criando estratégias que visam, dentro da estrutura empresarial, um aprimoramento de sua produção e, conseqüentemente, de uma melhor qualidade de prestações de seus serviços, ocasionam com isto a concorrência no mercado, que aliado aos interesses financeiros, objetivam atingir um maior número de consumidores dos seus produtos. Vale salientar que os empresários munem-se dos aparatos tecnológicos, em virtude deste novo perfil do mercado, alia-se aos recursos ofertados pela sociedade; escolas, institutos de formação profissionais, universidades e além de tudo das políticas implementadas pelo Estado que justificadas pela retórica capitalista, exigem profissionais cada vez mais aptos à utilização dos adventos tecnológicos.

No entanto, esta busca cada vez mais acelerada na informatização das empresas causa conseqüências desastrosas para sociedade, pois, se observa cada vez mais, a presença de robôs substituindo a mão-de-obra humana, e isto, pode ser observado em diversas partes do mundo, até nas ditas “grandes potências”, que possuem grandes tecnologias do conhecimento. Deste modo, desfaz-se o mito da modernidade como atenuante das disparidades sócio-econômicas, uma vez que ela se reflete de modo negativo em países que detêm o poder da

tecnologia de ponta, fazendo-nos refletir acerca de países Latino-Americanos a exemplo do Brasil, que incluído no paradigma da ciência e tecnologia é um país que, ainda, não conseguiu desprender-se das dependências externas.

Este atraso tecnológico do Brasil em relação aos países desenvolvidos tem nos garantido uma série de males, dentre os quais se inclui o empobrecimento intelectual das pessoas inseridas na óptica do capital, têm sofrido as conseqüências da desestruturação no mundo do trabalho e ficam à margem do processo, em virtude de vários fatores, devido a baixa escolarização dos brasileiros e, além disso, do desinteresse político na valorização de programas que priorizem não só a formação educacional dos indivíduos, mas também melhor qualificação profissional, na qual possibilite a inserção mais justa e menos desigual deste no mercado[1] de trabalho.

É para nós uma pequena amostra de como não só pesquisadores na área da gestão e educação, mas, o próprio mercado tem apontado as estratégias a serem seguidas nas empresas que pretendem permanecer erguidas dentro do processo produtivo. A eficácia é uma das palavras de ordem no momento, que são proferidas na criação de metas, tanto no que concerne aos aspectos sócio-educativos dentro dos sistemas educacionais, quanto ao que compete à criação de políticas públicas que visem o interesse do capital.

Por isso, para se implementar todo o aparato desejado pelo mercado é relevante a criação de diretrizes que devem ser seguidas em todos os âmbitos, na qual a formação profissional se faz presente, e uma das estratégias, é colocar o Estado como o meio que irá fomentar a criação de bases onde serão alocados os recursos para a profissionalização de mão-de-obra destinada para o mercado.

Metas essas que objetivam levar aos indivíduos o entendimento das novas linguagens tecnológicas, e que são inerente ao próprio processo tecnológico. É importante valorizar o uso das linguagens da quarta geração e o preparo dos indivíduos na aquisição dos conhecimentos exigidos a sua inserção na sociedade.

O que se pode inferir diante disso, é que qualquer empresa que pretenda atingir padrões ideais de crescimento tem que inserir no seu tecido organizacional o incentivo de sua equipe à obtenção ao processo evolutivo das tecnologias, aliando-se isto à criação de planejamentos estratégicos gerenciais e à qualificação de seus funcionários. Desta forma, destacamos que uma das metas do capitalista é a busca de mercados que possibilite um lucro maior em detrimento de estabilidade no mercado.

1 Meio de alocar recursos com base na negociação de preços.

A base para o aumento qualitativo dos trabalhadores se dá pela ideologia da polivalência que por muitas vezes é citada no trabalho que ora é produzido, ou seja, o sistema educacional é o ramo responsável pela atualização técnico-político e cultural permanente da força de trabalho escolarizada, após seu engajamento potencial ou efetivo no mundo da produção. Atualmente, configura-se como educação profissional, no sentido estrito isto quer dizer à atualização permanente da força de trabalho, denominado como educação continuada.

Pergunta-se: qual seria o ideal ou real para este trabalhador? Segundo Souza essa concepção abarcaria a seguinte visão:

> *Com o ideal de formação da classe trabalhadora para o domínio do conhecimento técnico-cientifico e filosófico socialmente acumulado para sua aplicação diretamente produtiva, através do processo de trabalho. Ao ampliar-se à concepção de formação profissional, ela passa a ser vista como uma prática corrente do mundo contemporâneo, que engloba desde a escolarização básica até as ações educativas voltadas para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e que se dá tanto no âmbito da escola regular quanto no âmbito das instituições de ensino profissionalizante, rompendo de uma vez por todas com a dicotomia entre educação profissional e escolarização, entre trabalho e educação (SOUZA, 2002, p. 55).*

Por fim, é difundida a idéia da universalização da educação, e da eqüidade entre todos que se encontram inseridos no âmbito do conhecimento profissional, com vistas à produtividade para maior qualidade de vida da população, por intermédio da elevação do nível educacional e intelectual, de base científica e tecnológica.

2.2 - A PEDAGOGIA CIDADÃ E SOCIAL

Em meio às transformações ocorridas com o advento da Revolução Tecno-científica, e suas repercussões, o tema a seguir tem como objetivo analisar e refletir sobre a relevância da apropriação do conhecimento, sob a forma de criar uma proposta educacional qualitativa, que visa atender os âmbitos sócio-econômicos e culturais e, sobretudo, a parcela excluída da população em fazer uso do exercício da cidadania, na busca de perspectivas futuras positivas. Esta realidade é enfatizada por Demo da seguinte forma:

> *A redução da desigualdade não cai do céu por descuido, mas será conquistada historicamente, não como produto definitivo, mas processual. Por isso, participação só pode ser conquistada. Aquela doada é presente de grego, porque vem do privilegiado, não do desigual. A redução da desigualdade que o desigual quer só pode ser aquela que ele mesmo constrói. E aí está sua competência (DEMO, 1990, p. 16).*

Por conseguinte, o enfoque da formação na qualidade em torno dos nossos profissionais é de suma importância, devido à preocupação no que se refere a uma proposta educativa que irá desencadear saberes fundamentais para a formação de cidadãos conscientes que contribuam de alguma forma, para o desenvolvimento de uma nação. Historicamente, de acordo com Oliveira (*apud* FONSECA, 1998), o Brasil, no início da década de 70, adequava-se a um modelo desenvolvimentista do BIRD, no qual a educação era considerada um fator direto de desenvolvimento do crescimento industrial significativo. Este modelo contribuiu para o ensino profissionalizante, mas precisamente, programas de capacitação do ensino médio.

É válido enfocar que o setor privado marcou presença, historicamente, na educação profissional. Inicialmente, congregações religiosas como as escolas salesianas e, finalmente mediante as iniciativas de empresários mantenedores de escolas livres, as quais totalizam cerca de 5 mil instituições.

No caso das instituições privadas que ministram cursos profissionalizantes, o alunado é responsável pelo pagamento de seus serviços. Dentre os cursos oferecidos estes variam desde cursos livres de formação profissional de curta duração, na linha da habilitação profissional, até cursos regulares de nível médio e superior. Faz-se necessário enfatizar que existe, ainda, a iniciativa por parte das grandes empresas estatais ou privadas que investem na escolaridade básica e profissional de seus empregados. A preferência de investimento nesta modalidade centrava-se, portanto, na relevância do ensino profissional conectado diretamente com a formação de mão-de-obra qualificada, sendo, esta capaz de gerar efeitos positivos na economia.

O foco nos documentos advindos do próprio BIRD centrava-se na necessidade de adequar a educação tanto nos setores mais modernos da economia, quanto nos setores mais tradicionais, aliando este último a pequenas e médias empresas[24], fossem elas rurais e/ou de periferias de centros urbanos.

2 [4] Sobre Pequenas e Médias Empresas, ver a obra de Lakatos (1997).

Por este motivo, cogitava-se a hipótese de ensinos de baixo custo, ministrados à distância, ou ainda, por vias informais.

A partir da década de 80, em meio a uma reestruturação organizacional, o Banco Mundial incorporou um modelo de financiamento denominado crédito de base política, com o intuito de promover políticas de ajuste estrutural entre países afetados economicamente[35].

Em virtude da mudança de paradigma do capital, os conceitos no mundo do trabalho modificam-se, porém, continuam a mascarar as relações sociais que subjazem o processo, no qual estão inseridos capitalistas e proletariados. Retomando Marx (1978) em sua obra "O Capital", que a indústria capitalista separa a ciência do trabalho que nela a ciência se configura como entidade em si e que não é mais parte integrante do trabalho pelo operário, mas que também ela é uma força alienada, um poder exterior a ele, que o domina e que, por isso contribui para a sua desumanização.

A mudança de estratégia capitalista visa atingir tanto o plano econômico quanto o da formação humana: flexibilidade, trabalho em equipe, competência, qualidade total, pedagogia da qualidade, multi-habilitação, policognição, polivalência e formação abstrata. Nessa perspectiva, configura-se como a nova ordem do discurso da "modernidade" a defesa da escola básica de qualidade.

> *Essa mudança de enfoque seria a explicitação real de que a "nova (des)ordem" mundial, sob a égide da sociedade do conhecimento, estaria efetivamente delineando novas relações não -classistas, pós-industriais e, portanto, de processos educativos e de formação humana desalienados e não subordinados aos desígnios do capital? Os homens de negócio mudaram as suas concepções e seus interesses? Ou estamos diante de transformações que mudam efetivamente as relações de trabalho do contexto capitalista sem, contudo, alterar a natureza dessa relação? Qual a qualidade deste novo dilema? Em que base material ele se assenta e que possibilidades, no plano das contradições, engendra para aqueles que lutam para liberar a educação da esfera privada, dos grilhões do capital e mesmo do imperativo mundo da necessidade e situá-lo no plano da esfera pública e, portanto, protegida do imediatismo. (FRIGOTTO, 2001, p. 55)*

3 [5] *Idem.*

O resgate da história-social das quais emergem essas novas exigências educativas e de formação humana, ajuda-nos a decifrar as questões que permeiam a educação inserida sob o ponto de vista econômico-social, ou seja, somente analisando esses fatores poderemos entender a subjugação da escola aos preceitos impostos pela sociedade e suas implicações no mundo capitalista.

Frigotto (2000) a função social da educação e a formação humana são, para esta perspectiva, a de preparar para o tempo livre, porém, para os capitalistas os princípios que norteiam a formação humana estão muito além daqueles que preparam os indivíduos para conviver em sociedade, ou seja, o homem exerce dentro da perspectiva do capital a função de instrumento voltado aos interesses de produção, alienação e por fim o lucro que ele pode ser gerado através da sua mão-de-obra.

De modo histórico, o capitalismo mostra a sua face sob diversos modos no mundo. Os custos sociais ocasionados por ele mostram os seus impactos no campo político, econômico e social[46]. No que se referem os aspectos sociais, o capitalismo, exime-se de responsabilidades, isto é, o atual sistema não corresponde a todos os anseios do homem e não soluciona as crises ocasionadas por ele dentro da estrutura social, sendo este um dos principais responsáveis pela eclosão de muitos conflitos mundiais.

Deste modo, as relações sociais são controladas pelo mercado, que se apresenta como um instrumento que regula todos os passos do homem, incluindo-se aqui os processos educativos e a escola como um meio de alcançar fins mercadológicos.

O que pode ser sintetizado mediante esta análise é que todas as relações que perpassam a esfera pública e privada são mediadas segundo o interesse que está muito acima do verdadeiro anseio do homem, sendo os grupos minoritários, que detêm o poder nas mãos (político e econômico), os que possuem o "tabuleiro do xadrez", e ditam as regras a serem seguidas no jogo do capitalismo.

Nenhum sistema teve tanto poder de mudança no mundo quanto o capitalismo. No decorrer das décadas, a sociedade vem enfrentando muitas transformações, no cenário mundial, portanto, o sistema capitalista[57] tem se

4 [6] DEMO (1990). O autor ressalta como é politicamente pobre a sociedade debilmente organizada e que a mesma não passa de massa de manobra nas mãos do Estado e das oligarquias, e que, por isso, não consegue construir representatividade legítima satisfatória em seus processos eleitorais, com líderes excessivamente carismáticos ou caudilhescos, com serviço público marcado pela burocratização, pelo privilégio e pela corrupção.

5 [7] Segundo Karl Marx, o capitalismo é organizado em torno do conceito de capital e da propriedade e de controle dos meios de produção por indivíduos que empregam trabalhadores para

portado como um fator determinante para tais acontecimentos.

> *Percebe essas mudanças como uma crise mais geral do processo civilizatório de um lado pelo colapso do socialismo real e de outro, pelo esgotamento do mais longo e bem-sucedido período de acumulação capitalista, ou seja, para ele o capitalismo passa por uma profunda crise apresentando contradições mais agudas (FRIGOTTO, 2000, p. 59).*

Um dos seus sintomas pôde ser percebido durante os anos 30, cuja manifestação deu-se através do desemprego em massa e a queda brutal das taxas de acumulação. Ambos assentavam-se na reprodução da força de trabalho. Após meio século, a história está se repetindo, ocasionado por grandes investimentos em tecnologia de ponta, o sistema capitalista desloca para a esfera pública a função de minimizar o desemprego e os conflitos que permeiam as relações de trabalho.

Além, destes impactos decorrentes dos adventos tecno-científicos, há uma nova exigência no perfil profissional configurando novas definições na divisão no mundo do trabalho, mudanças no conteúdo, quantidade e novas demandas de qualificação humana.

Todo este mundo novo, envolvente e eficiente que se encontra por trás da base tecnológica, tem proporcionado prazeres e satisfações àqueles estão aptas a usufruírem tudo que o mercado proporciona, porém, para aqueles que se encontram na base da pirâmide social a situação difere-se, pois, ao contrário do que se pensa o tempo considerado livre, tem se transformado como um campo fértil para tensão, sofrimento, preocupação e flagelo pelo desemprego estrutural e subemprego. O trabalho desse modo assume-se como uma maneira de sobreviver diante do sistema perverso.

É interessante assinalar os custos humanos que se encontram diante de mais uma crise ocasionada pelo sistema capitalista e os impactos causados sobre o mundo do trabalho, justificadas por discursos neoconservadores do mercado que se comportam como instrumento de regulação do conjunto, de relações sociais e de outro, pela relação das ordens que perpassam ordenando metas para a educação e a formação humana.

O modo de exploração capitalista distingue-se dos demais modos de produção precedentes por inserir-se no próprio processo social de produção mediante a separação entre esfera econômica e política e pela união entre produção e apropriação da mais-valia.

---

produzir bens e serviços em troca de salários (1978, p. 29).

O discurso da total liberdade é uma das falácias do sistema capitalista, uma vez que as relações de força e de poder entre capital e trabalho são estruturalmente desiguais. Alicerçado sob esta ingênua retórica justifica e permanece reproduzindo seus interesses de classe.

Todavia, as ações do capitalismo não são harmônicas e incidem vez por outra em contradições e conflitos. Este caráter contraditório é o que o levam as crises periódicas e a ciclos abruptos e violentos, como ressalta Marx (1978) ao analisar a natureza do capitalismo e a sociedade capitalista nascente, segundo ele, esta não advém de algo externo, mas, deriva da dominação do capital e exploração do trabalho.

Neste aspecto o capitalismo comporta-se supostamente como algo que proporciona a equiparação dos agentes econômicos, mas, na verdade por tratar-se de um sistema de correlação de forças desiguais, conduz à acumulação, concentração e centralização de capital. Ao capitalista interessa a produção máxima de mercadorias e conseqüentemente o máximo de mais-valia[68]. Esta é a regra do jogo imposta por ele, que tem como base monetarizar as mercadorias, ou seja, valorizar as mesmas para a obtenção da mais-valia que condensam. Este é um sistema que tem a tendência de reproduzir a força de trabalho como mercadoria no seu processo reprodutivo, excluindo tanto a força de trabalho excedente quanto capitalista (in) correntes.

2.3 - AS VÁRIAS FACES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ONTEM E HOJE

Este tópico aborda a repercussão causada a partir da difusão do conhecimento nos ambientes de trabalho e educacionais, bem como, suas conseqüências diretas, no que se refere à formação sócio-cultural do país.

Frente ao poder e à política, diante dos problemas sociais de grandes ou pequenas extensões, o trabalho tem sido motivo de análise tanto do ponto de vista ético, quanto do ponto de vista cultural. Em virtude disto, o presente texto têm por objetivo analisar de modo crítico, os impactos que as novas exigências do mercado causam na formação educacional dos indivíduos e no surgimento de uma nova estruturação cultural no mundo do trabalho.

Sabe-se que, desde os tempos mais remotos no que se refere à história da humanidade, o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento

6 [8] Na visão Marxista, o que cria valor é a parte do capital investida em força de trabalho, isto é, o capital variável. A diferença entre o capital investido na produção e o valor de venda dos produtos, a mais-valia apropriada pelo capitalista não é outra coisa além de valor criado pelo trabalho (MARX, 1978).

das sociedades. Por esse motivo, tem sido objeto de reflexão, por parte de inúmeros estudiosos, e constitui-se como, um dos principais eixos da produção teórica no que tange às ciências contemporâneas.

Existem inúmeras concepções e/ou visões acerca da natureza do trabalho. Nas sociedades primitivas, em civilizações que viviam da caça, pesca e agricultura rudimentar, a primeira divisão social do trabalho, dava-se segundo a diferenciação sexual e por idade: crianças e jovens eram responsáveis por tarefas domésticas, agricultura e aos homens, as tarefas consideradas mais "nobres", como a caça e a colheita. Nesta época, predominava o trabalho manual, executado mediante o emprego da força física, com o auxílio de instrumentos e equipamentos rudimentares, como o machado, a foice, e outros que exigiam certa habilidade com as mãos.

Com o desenvolvimento da agricultura, bem como, o aperfeiçoamento dos equipamentos, com a gênese das cidades, sem falar na necessidade das guerras, vão gerar maior complexidade na divisão do trabalho, a qual levará ao desenvolvimento da produção artesanal. O desenvolvimento do artesanato, a ampliação da produção agrícola, o crescimento das cidades implicam na extensão e desenvolvimento do comércio e, por conseqüência uma nova estruturação no que diz respeito ao surgimento de classes sociais diferenciadas: agricultores, artesãos, comerciantes, padres (grandes detentores de terras, consideradas grandes riquezas no período medieval).

Neste contexto, surgem ainda as corporações de ofício (base para a formação de futuras categorias sócio-profissionais), separando o trabalho manual e intelectual, a qual tenderá ao desenvolvimento da manufatura e da grande indústria, que será enfocada *a posteriori*.

Assim, em meio a estas transformações ao longo dos séculos surgem as mais variadas atividades profissionais, e suas referidas especializações – ferreiro, alfaiate, mecânico e outros. É válido enfatizar que, tanto no passado, quanto nos dias atuais, as mais variadas especializações sofrem mutações de ordem técnica e organizativa, afetam igualmente as condições materiais de trabalho e os profissionais que desempenham tais funções.

Sob o enfoque profissional nas organizações em geral, a necessidade da mudança no alicerce utilizado para explicações no que tange aos fenômenos inerentes às mesmas nos últimos tempos. Teóricos e pesquisadores passam, então a buscar outras bases, estruturadas nos preceitos do raciocínio, bem como compreender as ligações complexas de fenômenos exógenos, tais como a globalização, os blocos econômicos, a tecnologia e dentre outros que estão intrinsecamente vinculados às organizações.

Dentre estes aspectos relevantes, podemos dizer que aprendizagem organizacional parece se revitalizar na tentativa de permitir às mesmas a aquisição de conhecimento, possibilitando uma perpetuação organizacional por meio da fluidez com que a empresa consegue passar pelos ciclos de mudanças. É sabido que todas as organizações aprendem naturalmente, porém, apenas aquelas que conseguem estabelecer mecanismos sistemáticos de gerenciamento deste aprendizado são as que realmente atingem a vantagem do conhecimento.

Por conseguinte, para as organizações, é de extrema importância que o aprendizado individual, e as informações sejam visualizados por seus componentes nas empresas devendo ser incorporadas na memória do ambiente organizacional. Neste sentido, este aprendizado é organizacional e deve-se evitar que o conhecimento gerado a partir da aprendizagem individual, saia da empresa, quando um colaborador retorna ao seu domicílio ao final de um expediente.

Aprender neste viés, se torna um processo fundamental que implica no entendimento do passado, para evitar a repetição de erros, bem como, capacitação no presente e preparo adequado para o futuro. A aprendizagem é um processo de mudança resultante de prática ou experiência anterior, que pode manifestar-se em uma mudança perceptível e no comportamento.

A ênfase destacada no processo de aprendizagem tem sido um termo bastante em voga no ambiente intra-organizacional, pelo fato de que a competitividade das organizações está atrelada ao desempenho e aperfeiçoamento cognitivo de seus profissionais.

De acordo com Robbins (2003), em síntese, a atividade de aprendizado organizacional passa a ser entendida, como a capacidade de criar novas idéias multiplicadas, pela capacidade de criar novas idéias multiplicadas pela capacidade de generalizá-las por toda a empresa. A aprendizagem organizacional corresponde, assim, à forma pela quais as organizações constrõem, mantêm, melhoram e organizam o conhecimento e a rotina em torno de suas atividades e culturas, a fim de utilizar as aptidões e habilidades da sua força de trabalho de modo cada vez mais eficiente.

Finalmente, podemos verificar que as ações individuais se convergem em ações organizacionais, produzindo resultados (reações ambientais). As reações ambientais funcionam como um *feedback*[79] do aprendizado individual que influência os modelos mentais individuais e a memória organizacional.

7 [9] Retroalimentação, retorno de informações

2.4 - AÇÕES PEDAGÓGICAS DE QUALIDADE: TRANSFORMANDO LIMITES EM POSSIBILIDADES

A natureza formadora da docência não poderia reduzir-se a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos, enfatiza a exigência ético-democrática do respeito ao pensamento, aos gostos, aos desejos e/ou aspirações de seus educandos. Contudo, não se pode isentar o educador enquanto autoridade, de exercer o direito de ter o dever de estabelecer limites, de propor tarefas e cobrar a execução das mesmas.

O fato é que não se pode pensar na educação de forma isolada, ou seja, ela engloba inúmeros fatores no que diz respeito à busca de verdades, sobretudo e sobre todos. Parte do pressuposto da incessante coleta de dados e/ou informações que disseminados, são relevantes no processo de construção cognitiva do ser humano. No que tange este conceito, antes de tudo, deve-se situar o educador dentro de um contexto social. As situações são inúmeras e dependem diretamente de tempo e lugar. Contudo, é preciso nos orientar dentro de sociedades em transição, mesmo admitindo que atualmente, é difícil apontar alguma que não esteja passando por mutações, ou seja, não existe sociedade estática.

No contexto das sociedades mais primitivas, a estabilidade social era notavelmente superior às modernas, sendo estas caracterizadas pela mudança. As sociedades modernas estão aquém do modelo desenvolvimentista, sendo as mais frágeis em termos de estabilidade, por conseguinte, mais radicais no que diz respeito à transformação.

A respeito desta análise, Gramsci (não está na referência) sugere como proposta a escola unitária:

> *A escola unitária deveria corresponder ao período representado hoje pelas escolas primárias e médias, reorganizadas não somente no que diz respeito ao conteúdo e ao método de ensino, como também no que toca a disposição dos vários graus da carreira escolar. O primeiro elementar não deveria ultrapassar três, quatro anos, e, ao lado do ensino das primeiras noções "instrumentais" da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história,) deveria desenvolver notadamente a parte relativa aos "direitos e deveres", atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções de estado e da sociedade como elementos primordiais de uma nova concepção de mundo, que entra em luta contra as*

> *concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contras as concepções que poderiam chamar de folclóricas. (1978, p. 178-82)*

Portanto, Gramsci (1978) concebe a escola como um meio de superação da visão romântica que se tem sobre a educação, aquela que repassa aos seus educandos "um mundo mágico" não adequado ao mundo industrial e à ordem capitalista moderna. Para ele, a escola deve incutir desde a tenra infância, noções sobre a cidadania e seus elementos primordiais. Porém, este modelo está muito além do perfil exigido pelos capitalistas.

Pois, essa idéia de atrelar educação ao mercado tem dado espaço para que a formação para o trabalho prepare uma espécie de indivíduo que de certo modo é alienado do processo de produção, sendo, que este fica relegado à condição de servo de suas necessidades, sem direito a prazer e à liberdade.

Como base, temos o caso brasileiro que ao mesmo tempo é considerado um país rico e pobre, que aponta em seus índices má remuneração de seus trabalhadores, baixo nível de desenvolvimento humano e grandes disparidades sócio-econômicas da população.

Além, destas conseqüências o trabalho na maioria das vezes faz com que as pessoas exerçam tarefas sem ao menos refletirem sobre o que se está fazendo, muitas das atividades são executadas sem que os trabalhadores saibam a sua real importância. Nesse caso, os mesmos não se reconhecem como parte da produção, tornando o trabalho como uma atividade ligada à subsistência.

Marx (1978) já apontava que o próprio trabalho transforma-se em um objeto que o homem só pode adquirir com tremendo esforço e com interrupções imprevisíveis, de tal modo que o trabalhador se perverte até o ponto de passar fome; quanto mais objeto produz, menos pode possuir e mais dominado é pelo seu produto, o capital. O trabalho, assim, assume existência *externa* ao trabalhador, fora dele mesmo e estranho a ele. O produto do trabalho, na forma de mercadoria, constitui uma força autônoma que se opõe ao *ser que produz:* "A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil" (1978, p. 80-1).

Conclui-se a partir da formulação acerca do trabalho alienado que para Marx a propriedade privada é o produto, o resultado necessário do trabalho alienado, relação que se dá entre os proprietários do processo de produção com o trabalho executado pela força da mão-de-obra que esta subjugada dentro desse processo.

Souza (2001) esclarece que a partir de Marx, vamos entender o trabalho como uma atividade produtiva voltada não para a realização humana enquanto

valor coletivo, mas à realização da *mais-valia*, enquanto valor apropriado de forma privada. Por isso é uma atividade produtiva alienada e alienante, na medida em que sua organização pressupõe determinado modo de regulação das relações de produção de acordo com a lógica da apropriação privada do trabalho excedente, fruto do trabalho alienado.

A partir destas considerações a respeito de trabalho e educação, podemos perceber que tanto as relações de trabalho quanto às relativas a questão educacional sofrem influências diretas do sistema capitalista, pois este não dita somente as regras do mercado. Todas as relações sociais são subjugadas a ele, sendo neste caso, o capitalismo responsável em repassar as diretrizes tanto no âmbito educacional, quanto nas áreas econômica e social, ou seja, o destino da sociedade hoje, assim como, em épocas remotas é gerido segundo a óptica do poder, sendo que para tal concretização aliam-se os poderes públicos e privados, se fundido em torno de interesses comuns, pois, nem mesmo o Estado que seria o "representante do povo" foge das "garras" do capital.

Dentre as perspectivas de mudanças, deve-se partir do pressuposto de que qualquer mudança é operada pela superação do conflito interno de forças antagônicas. Sendo que este processo não é mecânico, ou seja, para isto ocorrer, as forças internas devem estar intrinsecamente ligadas às externas.

Finalmente, toda a esperança de alteração real da história humana depende dos homens, então, todo ludismo referente à disputa de forças, é uma questão metafísica[810].

O Estado, para os capitalistas é uma valiosa ferramenta, pois, ele se utiliza o aparato estatal para imbuir na massa a sua ideologia dominante, seja, por meio de políticas sociais ou de discursos proferidos a cada instante nos veículos de comunicação.

8 [10] C.f. Dicionário Aurélio: fig. Difícil compreensão, nebuloso.

C A P Í T U L O 3

GESTÃO DE PROCESSOS DO COOPERATIVISMO

O capítulo a seguir, visa discorrer sobre a origem do cooperativismo mundial, e enfatizar os Processos de Gestão nos Empreendimentos Cooperativos, seus aspectos legais, valores, princípios e principais entraves inerentes ao papel da educação para transformar utopia em realidade.

Ainda, sob este enfoque, entenderemos a seguir, que a gênese[1] do cooperativismo teve uma contribuição de grande relevância no que se refere aos modelos de sistemas integrados, dinamizando inúmeras vantagens no decorrer dos séculos, em todas as civilizações.

3.1 - A GÊNESE DO COOPERATIVISMO

A natureza é um sistema integrado, onde cada partícula depende da outra para garantir sua própria existência. O mesmo acontece com o homem. Desde a sua origem ele descobriu a vantagem da ajuda mútua, dando exemplos riquíssimos de cooperação em todas as civilizações.

No início, essa cooperação aconteceu em âmbito tribal pela união de tribos próximas contra inimigos comuns (outras tribos, animais de grande porte e outros.) ou para trabalho conjunto, seja, na coleta de frutas, na caça ou na pesca.

Na Babilônia, muito antes de Cristo, já existia um sistema de exploração, em comum, de terras arrendadas. Na Grécia antiga, havia diversas formas de associações, entre as quais as que objetivavam garantir enterro e sepultura decente aos seus associados.

No que se refere ao seu contexto histórico-social, o cooperativismo surgiu como movimento social, pois a vida na Europa Ocidental em meados do século XVIII estruturava-se econômica e socialmente regido sob princípios liberais, considerando o interesse individual rumo para o desenvolvimento. Além disso, a concentração do capital em companhias anônimas por ações desumanizava ao extremo aquele processo que perpassava não entre pessoas, e sim sob a égide do capital.

Desta forma, a idéia de solidariedade de grupo ser a base para a construção de uma nova sociedade, ao apoiar-se não só num dado conjunto de valores, mas também em cada situação real para a qual define normas de ação, cedeu origem ao ideal cooperativo, movimento social na medida em que tem uma organização perfeitamente identificável e estruturada com fins essencialmente reivindicatórios, procurando em sua essência fazer valer seus ideais, valores e interesses comuns aos participantes do movimento. Assim, Ferrinho afirma que:

1 C.f dicionário Aurélio (2000): Formação, constituição

> *O Governo deseja realçar o seu firme propósito de promover a expansão do sistema cooperativo, para duma forma semelhante à doutros países, o converter num dos pilares do progresso econômico e social [...] O sistema cooperativo apresenta a vantagem para uma economia em desenvolvimento como a nossa, de estimular os esforços individuais e canaliza-los duma forma voluntária para a ação coletiva. De facto, as pessoas que se agrupam espontaneamente em instituições cooperativas, incorporam-se a elas próprias duma forma liberada e consciente no processo de desenvolvimento econômico e social. (FERRINHO, 1978, p. 16)*

A economia, que desde a Idade Média era corporativista, ou seja, exercida por corporações profissionais, nas quais o artesão exercia sua atividade em casa ou numa dependência anexa, passou por uma mudança radical, em que as corporações perderam seu lugar a favor do capitalismo empreendedor[2]. Este, mediante salários, contratava profissionais para trabalhar na sua empresa, onde se instalavam máquinas industriais mais rápidas e eficientes, com as quais o operário-artesão não podia competir.

Nos dias atuais, no contexto da globalização, a sociedade tem o poder de transformar-se mediante as decisões e ações dos membros aos quais dela fazem parte, dinamizando assim a superação de seus limites. A organização de pessoas, bem como, sua união, no que tange a solução de entraves e necessidades, além da luta incessante por melhores condições de vida, determina o desenvolvimento de uma nação. Portanto, a recente sociedade democrática está intimamente ligada a este processo e caracteriza a permanente negociação entre classes. Neste sentido, vão surgindo grupos voluntários juridicamente estabelecidos, nos quais podem evoluir para uma sociedade, onde direitos e deveres ficam legalmente colocados, sendo assim, a cooperativa caracteriza-se como sendo uma sociedade civil e/ou comercial, que reúne vinte participantes, e tem por escopo, viabilizar atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização de acordo com os interesses de seus cooperantes.

É válido ressaltar que os princípios das cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, eqüidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os membros das cooperativas

2 Empreendedor: indivíduo que prática o empreendedorismo, isto é, uma característica que envolve iniciar um negócio, organizar recursos necessários e assumir seus respectivos riscos e recompensas.

acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

Uma das principais preocupações que devem ser levadas em consideração é que apesar de todos os princípios e valores inerentes ao cooperativismo, deve-se compreender o quão é importante o papel da educação no ambiente, enquanto empreendimento, pois se é para atender necessidades de bem comum, se faz necessário se munir de conhecimento para gerir estas peculiares organizações. Portanto, esta conexão entre educação e cooperativismo reflete a necessidade dos indicadores do sistema em desenvolvê-la como um de seus princípios básicos, sendo a mesma uma das forças propulsoras que levarão suas organizações rumo a uma nova realidade, isto é, rumo ao sucesso.

Reforçando o raciocínio anterior, está estabelecido no DENACOOP[3] (1981) que todas as cooperativas devem tomar providências para a educação de seus membros, empregados, dirigentes e públicos em geral, nos princípios e técnicas, tanto econômicos quanto democráticos da cooperação.

Portanto, a filosofia do cooperativismo não se preocupa somente em saber como são as cooperativas como instituições, mas também o que são em si, e o que valem em relação ao ser humano, bem como, pode servir-se delas para valorizar a si mesmo e aos outros.

Com o surgimento do cooperativismo como empreendimento sócio-econômico aconteceu na Inglaterra em 1844, na cidadezinha de Rochdale (HOLYOAKE, 2000), perto de Manchester, a crescente ameaça de serem substituídos pelas máquinas a vapor e com o agravamento do estado de extrema miséria da classe operária, 28 tecelões reuniram-se para buscar, outra, alternativa de trabalho e sobrevivência.

Ainda, no contexto da Revolução Industrial, crianças a partir dos nove anos de idade passaram a ter jornada de trabalho de 12 horas e os adultos chegavam a trabalhar 16 horas diárias, sem nenhum sistema previdenciário ou segurança no emprego. A mecanização da indústria, ao mesmo tempo em que fazia surgir à classe assalariada, promovia o desemprego em massa e, em conseqüência, a miséria coletiva e os desajustes sociais.

Por fim, o idealismo destes tecelões e, sobretudo, o realismo de adequar o projeto às suas possibilidades de execução, constituindo uma pequena cooperativa de consumo no, então, chamado "Beco do Sapo" (*Toad Lane*), foi o que serviu de alicerce ao movimento cooperativista.

3 Departamento Administrativo Nacional das Cooperativas, quando se refere a tudo que se relaciona com a educação cooperativa em seus art. 2º, n. 2, art. 4º, n. 5, art. 8º, n. 4, art. 18º, n. 2 e 3 e 21º.

3.1.1 - UTOPISTAS DO COOPERATIVISMO

A intranqüilidade social tornou-se campo fértil para a formação das mais variadas oposições ao liberalismo econômico[4]. As primeiras idéias cooperativistas surgiram, sobretudo, na corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX e nas experiências que marcaram a primeira metade deste século. Estava em voga, então, grande entusiasmo pela tradição da liberdade, confiando-se na possibilidade de atuação da vontade humana sobre a evolução, de modo a corrigi-la ou reformá-la. Ao mesmo tempo, estes intelectuais socialistas pregavam o ideal de justiça e de fraternidade.

É como expressão deste quadro intelectual, aliado ao movimento operário e reagindo às condições de extrema exploração existentes, que são lançadas as primeiras sementes do cooperativismo moderno.

Sempre houve pessoas que, inconformadas com a sociedade em que viviam, aspiravam organizar uma sociedade ideal, na qual reinasse a justiça, a ordem e a felicidade, eliminando assim, as diferenças econômicas e implantando o bem-estar coletivo. Anteriormente, apenas dois cooperados atendiam na cooperativa. Um entregava os produtos e o outro recebia o dinheiro. A partir de então, estas novas formas de organização foram motivos de deboche por parte dos comerciantes vizinhos, que previam vida curta para esta iniciativa. Para surpresa geral, a união dos operários em torno da cooperativa prosperou. No primeiro ano de atividades, a cooperativa aumentou seu capital integralizado de 28 para 180 libras. Em 1855 ela já contava com 1.400 cooperados. A partir de 1860, contudo, esta experiência se multiplicou de forma vertiginosa, a tal ponto que em 1881 já existiam 1.000 cooperativas e cerca de 550 mil cooperados.

Desta forma, o ideal cooperativista se espalhou pelos cinco continentes, envolvendo todos os setores da economia, e atualmente, o Cooperativismo é reconhecido e aceito em todos os países do mundo, exemplo de fórmula mais adequada de atender às necessidades e interesses específicos das pessoas. “A cooperativa não é uma reação ao capitalismo. Ela é uma reação à agressão capitalista” (MARX, *apud* BRITO, 1996, p. 21).

Vimos anteriormente, que as cooperativas surgiram no meio capitalista do século XIX sendo a alternativa às distorções causadas pela prática da livre-concorrência. E a doutrina que se constituiu com base nas sociedades cooperativas, representa uma das numerosas soluções que procuravam atenuar

4 Teoria econômica desenvolvida a partir da experiência da economia inglesa, consolidada no decorrer dos séculos XVIII e XIX, e pregava o fim da intervenção do Estado na produção e na distribuição da riqueza, o fim das medidas protecionistas e dos monopólios e defendia a livre concorrência entre as empresas e a abertura dos portos entre os países.

ou suprimir desequilíbrios resultantes do liberalismo econômico.

Os ideólogos do liberalismo acreditam que o indivíduo, livre na sua atividade econômica, tem a possibilidade de escolher o seu próprio caminho, o seu empreendimento, para satisfazer os seus próprios interesses. Deste modo, este indivíduo contribuiria, mesmo que involuntariamente, para a riqueza do conjunto da sociedade. Em resumo: ao satisfazer seus próprios interesses, o indivíduo trabalha em prol do progresso geral. No entanto, a realidade tem demonstrado que a prática do liberalismo econômico, longe de confirmar a harmonia de interesses pretendida, provoca de um lado o enriquecimento de uma minoria de empreendedores, e, do outro lado, a miséria da classe operária, o que acarreta um aumento da mortalidade e da criminalidade e tantos outros espetáculos desoladores.

Por isso mesmo, ao longo das décadas, o homem tem construído alternativas que objetivam reagir à doutrina liberal e individualista, tais como: as *reações socialistas,* representadas pelo socialismo espiritualista, também chamado "utópico" - com Owen, Fourier, Saint-Simon e outros, durante a primeira parte do século XIX, e o socialismo materialista - também chamado "científico" - com o "Manifesto Comunista de Marx", em 1848; e as *reações intervencionistas,* que pregavam a colocação de um intermediário entre o Estado e o indivíduo.

Ao lado das reações citadas, podemos reconhecer a *ação cooperativista,* movimento doutrinário que, sem pretender ser uma reação a qualquer corrente ideológica ou filosófica de ordem econômico-social, busca, através da divulgação e aplicação dos ideais dos Pioneiros de Rochdale (HOLYOAKE, 2000), resgatar e garantir a dignidade do indivíduo, enquanto ser social, mesmo que, para isso, tenha que imprimir modificações da sua doutrina em contato com os fatos.

3.1.2 - PRECURSORES

Fins do século XIX, a indústria de flanela estava em plena prosperidade e proporcionava muitos trabalhos às mais importantes fábricas de Rochdale (HOLYOAKE, 2000), Distrito de Lancashire, Inglaterra. Durante este próspero período, os tecelões que eram e ainda são uma classe de trabalhadores mal remunerados, pretenderam obter um aumento de salário. Era evidente que nenhuma ocasião mais oportuna para os patrões concederem um aumento. Assim, todos os industriais, porém a quem foi formulado o pedido, se manifestaram pessoalmente dispostos a satisfazê-lo desde que os demais fabricantes procedessem da mesma forma.

Contudo, para obter a conformidade dos demais patrões e garantir de cada um a adesão geral, o assunto que parecia muito fácil em teoria, se tornava na prática, de difícil solução. Nem sempre os patrões são corteses e os operários, freqüentemente, são inábeis diplomatas.

Os tecelões, portanto, não tinham o hábito de tratar por escrito com seus superiores; uma entrevista constitui quase sempre o expediente adotado para a luta, entrevista que os operários impõem e que os patrões suportam. Geralmente, os industriais não encaram com muita simpatia esta espécie de delegação, pois que, assim como uma falência pode deixar na miséria, muitos operários, também, um aumento de salários em certas ocasiões, pode produzir a ruína de um industrial. Apesar disso, no intuito de facilitar a solução do assunto e com uma generosidade que os próprios pioneiros, sempre recordam agradecidos, duas fábricas concederam aos seus operários um aumento, mas sob a condição de que esse aumento ficaria sem efeito. Assim, a comissão de tecelões foi formada.

Dentre os principais lideres que engendraram o processo de formação da comissão de tecelões de Rochdale, de acordo com Holyoake (2000), destacam-se os seguintes:

Robert Owen (1771-1858) Nascido na Inglaterra é considerado o pai do Cooperativismo, pois dedicou a sua vida e investiu os seus bens para criar uma forma de substituir a competição e a ganância pela cooperação. Assim é que, no regime capitalista, encontramos a figura de Owen[5], fundador da Nova Harmonia, em 1828, na América do Norte, na tentativa de reforma do homem através de modificações do meio social, no sentido do mais absoluto igualitarismo da comunidade de bens e da remuneração segundo as necessidades de cada um. Partindo da idéia de que o homem não é bom nem mau, por natureza, mas o resultado de seu meio social, Owen imaginou que, modificando-se o meio, também o homem se modificaria. Essas modificações deveriam ser pacíficas, "[...] sem prejudicar os direitos da propriedade, tal como é atualmente organizada [...]". A eliminação do lucro foi uma das grandes influências de Owen sobre os pioneiros de Rochdale[6] que, vinte anos após a malograda experiência da Nova Harmonia, deram forma à sociedade cooperativa.

Charles Gide (1847-1932), principal discípulo de OWEN, foi um dos principais sistematizadores da doutrina cooperativa, o mais destacado líder do

5 Owen (1772-1858), natural da Inglaterra. De origem modesta, iniciou sua vida como simples aprendiz, chegando depois a co-proprietário e diretor de importantes tecelagens de New Lamarck.

6 Dentre os 28 pioneiros Rochdale, seis eram discípulos de Owen.

Cooperativismo de consumo, participante de uma escola de pensamentos em Nimes que liderava os rumos do sistema na França. Ainda, como alternativa ao capitalismo, as realizações de Charles Gide[7] condenaram o regime assalariado em nome da justiça e da solidariedade humana; preconizou a emancipação do trabalhador e a supressão do lucro capitalista através das cooperativas - instituições de fins econômicos, morais e sociais. Gide preconizou a cooperação integral da sociedade capitalista, partindo das cooperativas de consumo para chegar, por etapas sucessivas, às cooperativas de produção industrial e agrícola, no que ficou celebrizado como "Programa em Três Etapas", que iria possibilitar o surgimento da "República Cooperativa", considerada utópica por alguns cooperativistas e defendida com ardor por outros.

Charles Fourier (1772-1837): foi o idealizador das cooperativas integrais de produção, criou comunidades onde os cooperados tinham tudo em comum. Essas comunidades eram chamadas de falanstérios.

William King (1786-1865): Também inglês e amigo de Robert Owen, tornou-se um médico famoso e se dedicou ao cooperativismo de consumo. Engajou-se em prol de um sistema cooperativista internacional.

Felipe Buchez (1796-1865): Nascido na Bélgica buscou criar um cooperativismo autogestionado, independente do Governo ou da ajuda externa. Na França, ele tentou organizar "associações operárias de produção".

Baseados na experiência dos precursores acima citados, em meados do século XVIII, período da Revolução Industrial, e tentando evitar seus erros, os pioneiros do cooperativismo traçaram o seguinte plano de ação:

a) Fundação de um armazém para fornecimento de alimentos e vestuários aos cooperados;
b) Construção ou compra de boas casas para os cooperados;
c) Montagem de uma linha de produção que garantisse trabalho aos cooperados sem emprego ou com salários irrisórios;
d) Compra e arrendamento de terrenos para cultivo, pelos desempregados, para posterior divisão da terra em propriedades individuais;
e) Destinação de parte das sobras à criação de um estabelecimento para a instrução e o desenvolvimento moral dos cooperados;
f) Dentro das possibilidades, organização do trabalho e da educação, além de ajuda a outros grupos, visando a fundação de novas cooperativas.

Por fim, podemos identificar algumas realizações do movimento

7 Charles Gide (1847-1932), de Uzés, Professor de Economia política da Universidade da França, e autor de inúmeras obras sobre o cooperativismo.

cooperativista, tanto em países que adotam o regime capitalista, quanto em países que adotam o regime socialista, além de construções ideológicas que predominaram por todo este século. Estes homens prepararam o terreno e lançaram as sementes do atual sistema cooperativista.

A experiência do cooperativismo foi difundida, primeiramente na Europa, com a fundação de cooperativas de trabalho na França e de crédito na Alemanha e na Itália, depois para o resto do mundo. Em 1881 já existiam 1000 cooperativas que totalizavam 550 mil associados. Hoje, o modelo é reconhecido legalmente no mundo inteiro como forma de organização. Até a segunda metade do século XX predominaram as cooperativas ligadas à agricultura. A partir de então, com o crescimento das cidades e a emergência de maiores problemas sociais nesse espaço, houve a expansão das organizações de trabalhadores urbanos. Só nos Estados Unidos há mais 150 milhões de pessoas que participam de cooperativas. Isso representa 60% da população. Na Alemanha 80% dos agricultores e 75% dos comerciantes estão organizados dessa forma (MENEZES, 2005).

C A P Í T U L O 4

COOPERATIVISMO NO BRASIL: O ENFOQUE NO PARÁ

No Brasil, Segundo Menezes (2005) considera-se o ano de 1847 como o início do movimento no país. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre inaugurou a colônia Teresa Cristina, com inspiração nos ideais humanistas, junto com outros colonos europeus no Paraná. O movimento serviu de referência para as experiências futuras.

Assim foi fundada em Minas Gerais a primeira cooperativa agropecuária. Coube aos trabalhadores da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, localizada em Campinas criar a primeira no setor de Consumo. O padre jesuíta Theodor Amstadt deu início no Rio Grande do Sul ao cooperativismo no setor de crédito. Somente neste segmento, existem, hoje, 2300 organizações que geram cerca de 120 mil empregos e possuem cerca de 2 milhões de associados (MENEZES, 2005).

Pinho (2000) cita que o modelo chama a atenção para o fato de poder ser aplicável a qualquer área. É possível dizer que onde houver um problema econômico e social a cooperação pode ser uma solução. É comum que empresas em processo de falência tenham seu controle passado para os trabalhadores, numa cooperativa de produção industrial. No setor de trabalho, reúnem-se pessoas para prestar serviços de forma terceirizada. Dessa forma, e após as colocações em torno das questões conceituais e de doutrinas do Cooperativismo e, a partir daqui iremos tratar do cooperativismo no contexto econômico nacional.

No que tange a Lei nº 5764/71, as cooperativas são classificadas em: Cooperativas singulares, que são as cooperativas formadas pelo número de vinte pessoas físicas (excepcionalmente é permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objetivo as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas, ou ainda, aquelas sem fins lucrativos); Cooperativas Centrais ou Federações cooperativas são sociedades cooperativas formadas de, no mínimo, três cooperativas singulares, podendo participar excepcionalmente associados individuais e; Confederações de Cooperativas, que são as sociedades cooperativas formadas de, no mínimo, três federações cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou modalidades distintas, conforme Figura 1 abaixo:

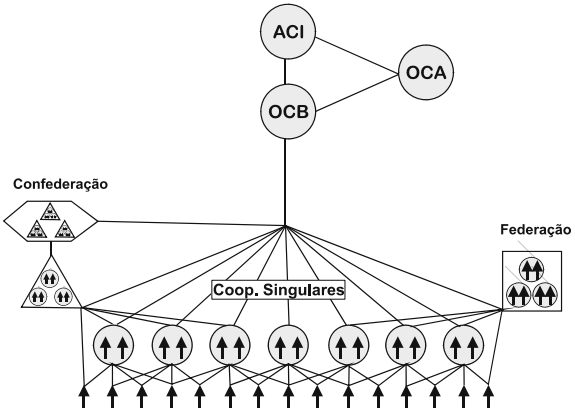


Figura 1 – Sistema cooperativista no Brasil

Fonte: Quadro adaptado por Fernando Carlos (1993).

É neste contexto que deve surgir, a partir das bases, o movimento cooperativista, notadamente o agrícola, como alternativa para uma política econômica fundamentalmente democrática e participativa. O cooperativismo no Brasil tem-se fundamentado nos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade social e conta com cerca de 6 milhões de cooperados e 7.000 cooperativas espalhadas pelo país, participa de cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, conforme a Tabela 2 abaixo.

Tabela 2: Divisão das cooperativas por Estados no Brasil.

ESTADOS	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
ACRE	36	5.422	126
ALAGOAS	72	20.205	1.768
AMAPÁ	62	2.581	161
AMAZONAS	91	14.635	721
BAHIA	396	113.031	2.764
CEARÁ	302	87.099	2.641
DISTRITO FEDERAL	231	101.798	1.450
ESPÍRITO SANTO	155	68.991	3.802
GOIÁS	193	75.832	5.478
MARANHÃO	177	18.497	542
MATO GROSSO	196	116.595	3.993
MATO GROSSO DO SUL	88	29.338	2.416
MINAS GERAIS	805	585.790	22.401
PARÁ	232	96.269	977
PARAÍBA	138	29.164	957
PARANÁ	208	190.582	32.028
PERNAMBUCO	249	105.190	2.323
PIAUI	92	15.775	521
RIO DE JANEIRO	1.201	213.950	7.217
RIO GRANDE DO NORTE	145	72.755	1.430
RIO GRANDE DO SUL	747	875.810	34.454
RONDÔNIA	102	11.037	412
RORAIMA	28	964	11
SANTA CATARINA	315	628.332	14.452
SÃO PAULO	1.000	2.271.147	38.108
SERGIPE	63	9.001	246
TOCANTINS	31	2.928	627
TOTAL	**7.355**	**5.762.718**	**182.026**

Fonte: OCB (dez., 2002).

Estas cooperativas são representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB[1], criado pela Lei Nº 5764/71, em seu artigo 105. O cooperativismo agropecuário no Brasil, que congrega quase um milhão de agricultores distribuídos entre mais de 1.500 cooperativas, sobressai-se por suas ações a favor da preservação ambiental, na conservação de solos e águas, na racionalização do uso de insumos e no aumento da produtividade. Portanto, optar pelos produtos das cooperativas é garantir um meio ambiente mais preservado e auto-sustentável, com mais emprego para todos. Em razão de seu caráter associativo e igualitário, o cooperativismo é considerado, hoje, a principal alternativa econômica ao desemprego e à concentração de renda, dois dos mais graves problemas evidenciados pelo processo de globalização da economia, conforme a tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Atividades econômicas das cooperativas.

RAMO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
AGROPECUÁRIO	1.519	940.482	110.910
CONSUMO	158	1.920.311	7.219
CRÉDITO	1.115	1.439.644	23.291
EDUCACIONAL	303	98.970	2.874
ESPECIAL	7	2.083	6
HABITACIONAL	314	104.908	2.472
INFRA-ESTRUTURA	172	575.256	5.500
MINERAL	34	48.830	35
PRODUÇÃO	113	9.559	315
SAÚDE	878	261.871	23.267
TRABALHO	2.024	311.856	4.036
TURISMO E LAZER	12	396	2
TRANSPORTE	706	48.552	2.099
TOTAL	**7.355**	**5.762.718**	**182.026**

Fonte: OCB (dez. 2002).

Fazendo frente ao desafio desta globalização comercial, as cooperativas brasileiras têm investido crescentemente em tecnologia e qualidade de produção, resultando em produtos da mais alta qualidade que a cada dia conquistam mais consumidores e espaços no mercado internacional, conforme exemplo da tabela 4. As cooperativas têm alcançado sucessivos recordes em suas exportações nos últimos anos. As exportações agrícolas da região da ALCA atingem US$ 3,3 Bilhões, ou seja, 20% do total das vendas do Brasil.

1 Organização das Cooperativas Brasileiras, entidade que promove o fortalecimento e a integração do movimento cooperativista nacional.

Tabela 4: Mercado Internacional das Cooperativas

EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS	%
Mercosul	27
EUA	53
CACICOM	1
México	2
Canadá	4
Comunidade Andina	7
Outros	6
TOTAL	**100**

Fonte: MDIC – Elaboração: SPA/MA

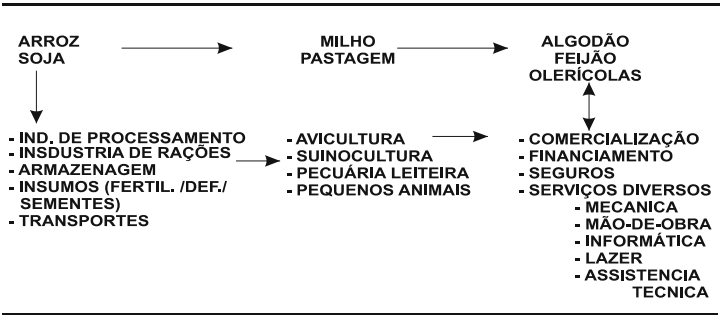
Por fim, a excelência dos produtos das cooperativas brasileiras tem sido comprovada em países de todo o mundo: desde a União Européia, principal comprador, passando pelo Oriente Médio, África, Ásia, até a América do Norte e Mercosul. Ano após ano, vem aumentando a demanda desses mercados pelos produtos das cooperativas brasileiras.

4.1 - A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO RURAL

As cooperativas agrícolas têm desempenhado um papel de grande importância para o desenvolvimento do pequeno agricultor rural, pois estes são economicamente fracos, com necessidade de autodefesa pela cooperação.

Do ponto de vista técnico, a pequena exploração está, na nossa época, mal colocada para seguir o progresso agrícola. Os trabalhos importantes de melhor aproveitamento das terras, a mecanização da lavoura e a execução de processos científicos são demasiado dispendiosos para ela. A sua produção é fraca demais para ela poder tratar eficazmente (limpeza, escolha, embalagem, etc.) os seus produtos. Possibilitando uma melhor visualização acerca do fluxo do agronegócio, inserimos a Figura 2 abaixo, conforme trabalhado por Santo, 2001.

Figura 2: Fluxo do Agronegócio

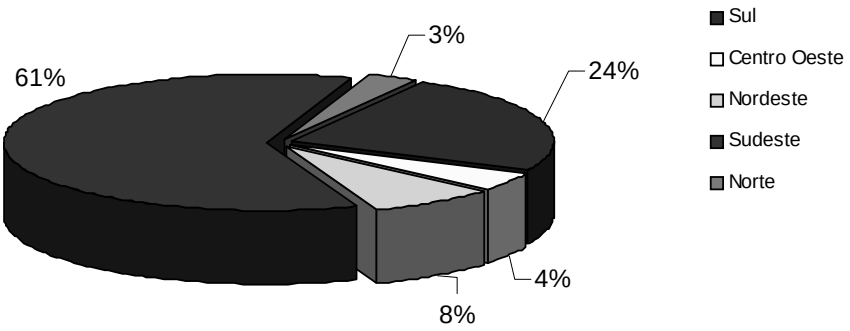


O progresso pede que a grande exploração, a cooperação entre explorações rústicas do ponto de vista comercial, a produção agrícola está sujeita a amplas variações de quantidade, em face de uma procura pouco elástica (produtos alimentares) ou muito especulativa (matérias-primas para a indústria); os preços e as receitas são instáveis. A receita (pelo menos para as produções vegetais) é recebida em bloco anualmente, na venda da colheita. Os agricultores, para tornarem a assumir os encargos da cultura, devem vender bastante precipitadamente e todos ao mesmo tempo, o que causa descida dos preços, ou então recorrerem a empréstimos em bancos, ou linhas de crédito do Governo Federal, ambas as formas, resultando em endividamento.

O recuo do autoconsumo, a urbanização da produção e o progresso dos transportes põem os agricultores na dependência de mercados cada vez mais longínquos. Estão, assim, à mercê dos intermediários.

Ora, eles são leigos em assuntos comerciais e econômicos, muitas vezes, incapazes de cálculo econômicos e às vezes graves crises agrícolas, resultante de circunstâncias naturais ou da conjuntura econômica, e é especialmente nesses momentos que os agricultores são levados a recorrer à cooperação, conforme se demonstra a seguir:

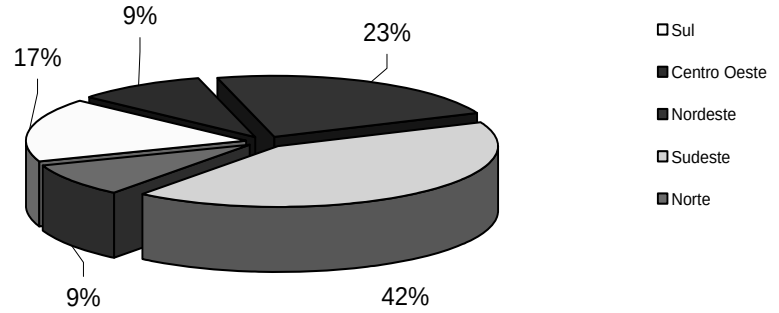
Figura 3: Distribuição dos cooperados por região



Fonte: OCB (dez. 2002).

As cooperativas mistas de produção e consumo são de grande relevância para o desenvolvimento do pequeno agricultor rural, pois não se limitam a comprar e vender, como um comerciante comum. A ela resta também o encargo de fornecer insumos básicos da produção agrícola, tanto sob a forma de sementes, defensivos e fertilizantes e, também, maquinário indispensável ao aumento da produtividade, a exemplo de tratores, implementos, máquinas de beneficiar, de colher, etc. Conforme Figura 4 abaixo:

Figura 4: Cooperativas por regiões



Fonte: OCB (dez. 2002).

Outro fator importante está relacionado com o problema das representações junto aos órgãos oficiais para obter incentivos e financiamentos. Na realidade, impõe-se uma tarefa árdua. O agricultor cooperado deve ter tranqüilidade plena para dedicar-se às tarefas de plantar e colher, além disso, por se tratar de homem voltado apenas às atividades campesinas, tem a simplicidade, a timidez e a falta de experiência a impeli-lo de negociar com os bancos ou órgãos oficiais, conforme apontou a pesquisa realizada nos cooperados do município de São Francisco do Pará, no período de 01 a 30 de maio no ano de 2004, onde aparece a heterogeneidade no nível de escolaridade dos grupos, quanto ao controle das cooperativas. Veja a Tabela 5 a seguir:

Tabela 5: Nível de escolaridade dos cooperados

ESCOLARIDADE	%
Fundamental	63,33
Nível médio	26,67
Superior	3,33
Outros	6,67
TOTAL	**100,0**

Fonte[2]: Pesquisa de campo (maio, 2004).

Sua filiação à cooperativa encontra uma de suas maiores motivações, justamente, nessa possibilidade de desenvolvimento. Além disso, pode contratar elementos de alto gabarito. As cooperativas mistas não se limitam apenas a aguardar deliberações governamentais, mas antes mesmo, elas influenciam como órgãos consultivos e de representação. Os serviços que elas

2 QUEIROZ, Fernando. Pesquisa de campo realizada nas Cooperativas COOLIVRE e COOPERFRAN.

(cooperativas) podem desenvolver, e que, sem dúvida constituem um grande ideal, são os seguintes:

a) Organizar o grupo de produtores para atuar inclusive no comércio exterior.
b) Vender a produção dos associados, levando em conta o preço do dia, respectivo ao dia da entrega do produto na cooperativa e o valor de venda efetiva da respectiva safra.
c) Comprar em comum, equipamentos, insumos e materiais de consumo.
d) Em cooperação com prefeituras e órgãos afins, planejar e executar um plano municipal de colonização.
e) Manter um corpo técnico (agrônomos e veterinários), bem como laboratório para exame da terra. Orientam os lavradores associados quanto às melhores culturas para a região e segundo a demanda interna e externa.
f) Locar máquinas agrícolas, para destoca3, aragem, plantio, e colheita.
g) Oferecer recursos próprios, ou através de operações bancárias, ou valendo-se de auxílios oficiais, proporcionando empréstimos.
h) Em áreas urbanas das prefeituras, ainda em colaboração com eles, construir e administrar os mercados municipais, mediante a venda de concessão do uso de boxes.
i) Construir e locar armazéns e silos, bem como, câmaras frigoríficas, necessários à estocagem.
j) Encarregar-se do transporte rápido dos produtos, especialmente os facilmente deterioráveis, até os centros de consumo onde haja mercado.
k) Planificar e executar, sob financiamentos, a eletrificação rural.
l) Ainda em convênio com as municipalidades, complementar a abertura de estradas vicinais e conservá-las.
m) Manter biblioteca e centros de cultura básica e especializada, incluindo a realização de palestras e exibição de filmes, visando sempre ao melhor esclarecimento do grupo.
n) Oferecer plantas padronizadas e financiar a construção de habitações rurais, previsto no saneamento básico.
o) Oferecer assistência médico-hospitalar, odontológica e farmacêutica, com órgãos próprios ou mediante convênios.

3 Movimentação da Terra aplicada em colheitas.

p) Oferecer ao governo a estatística da produção regional, bem como as previsões das safras futuras.
q) Manter um centro de recreação e esportes para incrementar a sociabilidade entre seus membros.

4.2 - O COOPERATIVISMO E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Atualmente, o crescimento do desemprego e a busca pelas empresas, de mecanismos que rebaixem os custos da mão-de-obra através da transferência dos direitos trabalhistas, funcionam como um fator de impulsionamento para a formação de cooperativas, na concepção de Albuquerque:

> *O incentivo à formação de cooperativas constitui-se na estratégia que busca evidenciar o consenso como valor capaz de neutralizar juridicamente os conflitos entre capital e trabalho, pois todos são proprietários do empreendimento. Por um lado, a cooperativa aparece como um instrumento organizativo que propõe alternativas ao chamado "Custo Brasil", visto que se propõe diminuir o descompasso existente entre os altos custos de manutenção da força de trabalho e o custo do produto, diminuindo a carga tributária que incide sobre o processo produtivo (ALBUQUERQUE, 1998, p. 63-4).*

Neste sentido, os entraves no mercado de trabalho têm colocado as cooperativas, isto é, a associação de trabalhadores em cooperativas, como um elemento que pode influenciar e causar mudanças nas relações de trabalho, funcionando como um contraponto ao trabalho assalariado capitalista. Um dos problemas básicos do desenvolvimento é a criação de instituições sociais que mobilizem os recursos humanos e materiais de um povo e os utilizem eficientemente para esse mesmo desenvolvimento.

As cooperativas rurais crêem ser instituições que podem adaptar-se de forma ideal às exigências da estratégia social do desenvolvimento. As instituições cooperativas se mantêm ligadas através de uma relação de aliança positiva entre as pessoas e as famílias, mantendo vivo o sentido do grupo por uma ativa participação na vida da cooperativa. Esta desempenha um papel importantíssimo na coesão e controle social, pois o indivíduo assim integrado, além de encontrar apoio na resolução dos seus problemas técnico-econômicos, não perde a segurança resultante de "sentir" que pertence a um grupo com o

qual se identifica e lhe garante um status definido. Por isso, na análise do papel das cooperativas na estratégia social do desenvolvimento, convém recordar o seu dualismo empresa-associação.

A organização cooperativa, como empresa, visa adaptar-se à organização social como um dado, quer dizer, a empresa cooperativa visa a adaptação racional dos meios afins fixados por quadros sociais ou sistemas de posições existentes. A cooperativa como associação visa modificar a organização social de modo a influenciar os próprios objetivos sociais da comunidade.

Para melhor cumprirem a sua missão, as cooperativas se organizam numa estrutura federativa, ligando as comunidades ao todo social a que pertencem e oferecem aos governos uma cadeia de comunicação ideal entre os centros diretores do desenvolvimento e os grupos de famílias de agricultores, de artesãos e outros que caracterizam as comunidades rurais.

A estrutura federativa permite organizar as relações entre as cooperativas tanto no campo da ética como no da economia, assim como o setor capitalista através do mercado. As relações, deste modo estruturadas, completam o quadro institucional do movimento cooperativo em favor do desenvolvimento, levando até às últimas conseqüências a idéia de cooperação, para o bem-estar dos seres humanos.

No contexto paraense, o movimento cooperativista no Estado, tem acumulado várias histórias de investimentos mal sucedidos. A falta de lideranças ativas à frente das cooperativas, o desinteresse da maioria dos associados e a participação do governo de maneira inadequada refletem o quadro do cooperativismo no Pará. Dados colhidos nos registros da OCB/PA e SESCOOP mostram que o período de 1930 a 1960[4] foi caracterizado pela implantação de cooperativas agropecuárias no nordeste do Pará, sendo esta a região pioneira da colonização no Estado. Contudo, a maioria dessas cooperativas extinguiu-se por volta da década de 1950.

Convém esclarecermos que esse sistema se tivesse um sentido mais profundamente filosófico, isto é, mais inspirado e apegado aos princípios de Rochdale (PINHO, 2003), muitas cooperativas teriam prosperado.

O Banco da Amazônia foi o órgão que prestou a orientação e assistência financeira às cooperativas no Estado do Pará e também em toda a Amazônia, na década de 60. Podemos dizer, ainda, que foi uma primeira experiência de "cooperativismo-empresa", dado o seu caráter econômico-financeiro dominante.

4 C.f Relatório da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), Belém-PA em fev.de 1999

Dentre as variáveis características da Amazônia de então, que contra-indicariam a implantação do programa de cooperativismo de iniciativa do Banco da Amazônia, nos moldes em que foi concebido e executado, destaca-se a falta de conscientização dos produtores rurais acerca do sistema; carência de mão-de-obra especializada em empresas-cooperativas; falta de organização fundiária; precaríssima estrutura de produção agro-pecuária; carência de líderes rurais com visão de cooperativa-empresa e a desaparelhagem dos poucos órgãos públicos vinculados à matéria do apreço.

O modelo cooperativista agropecuário do Pará está voltado para a organização de cooperativas do tipo de prestação de serviços. Essas cooperativas têm por escopo organizar e executar os serviços econômicos[5] de seus associados, integrando e orientando suas atividades, para facilitar a utilização recíproca dos serviços. Para isto, propõem-se a realizar as seguintes funções:

a) Vender os produtos agrosilvopastoris entregue por seus associados, procedendo quanto à classificação, padronização, depósito, armazenamento, beneficiamento e industrialização daqueles produtos recebidos;
b) Distribuir aos associados bens de produção e utilidades necessárias às suas atividades agropecuárias, abastecendo-os com produto de uso e consumo pessoal ou da família;
c) Proporcionar serviços de interesse comum aos associados, para incremento e defesa de sua produção agrícola;
d) Fomentar o cooperativismo no meio rural;
e) Abrir canais confiáveis de comercialização;
f) Aumentar o poder de barganha dos produtores na venda de produtos agrícolas no mercado final e os preços recebidos pelo cooperador;
g) Reduzir margens entre os preços dos produtos agrícolas no mercado final e os preços dos recebidos pelo cooperador;
h) Reduzir margens existentes entre preço de compra dos insumos aos agricultores no varejo;
i) Elevar ganhos de escala aos cooperadores na prestação dos serviços, tais como: transporte de produtos, assistência técnica;
j) Classificar e selecionar embalagens;
l) Fazer propaganda dos seus produtos em regiões onde passam ser distribuídos;

5 C.f Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Empresarial, na disciplina Mercados Regionais, orientado pelo Professor Fernando Queiroz. Universidade da Amazônia, Novembro, 2003. Belém-PA –Brasil.

m) Padronizar termos de vendas nos mercados, uniformizar cotações, levantar informações de mercado, etc.

Assim sendo, apesar das dificuldades, algumas cooperativas têm prosperado no Pará, dentre elas a SOCIPE[6], CAMTA[7], e outras; contrariando os pessimistas e inimigos do sistema, mostrando ao povo a importância sócio-econômica do cooperativismo, devendo o Governo passar a dispensar, a este sistema, a devida atenção, o devido respaldo que merece.

De acordo com dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB/PA) de 2004, assim, estão distribuídas as cooperativas no estado do Pará:

Tabela 6: Núcleos regionais das cooperativas no Pará

REGIONAIS	%
Óbidos e Santarém	6,0
Almerim	2,0
Castanhal e Salgado	7,0
Cametá e Arari	6,0
Portel e Furos de Breves	1,0
Bragantino	4,0
Tomé Açu e Guamá	6,0
Itaituba	4,0
Altamira	5,0
Paragominas	3,0
Tucuruí e Marabá	9,0
Redenção e Conceição do Araguaia	6,0
São Felix do Xingu e Parauapebas	7,0
Metropolitano de Belém	35,0
TOTAL	**100,0**

Fonte: OCB/PA (2004).

Por fim, com a análise dos dados da tabela acima, podemos constatar que o Estado do Pará conta com 355 cooperativas, 90.617 cooperados e cerca de 1.000 empregos gerados. Destas 255 cooperativas existentes, 89 são do ramo agropecuário, o que vem desencadear expectativas positivas em relação ao cooperativismo em nosso estado, até então, incipiente à sua atividade econômica.

6 Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará Ltda.

7 Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.

4.3 - ASPECTOS LEGAIS DAS COOPERATIVAS

As sociedades cooperativas, um tipo *sui generis*[8] de sociedade, se distinguem das demais sociedades por disciplina legal, lei 5.764/71 de que assim as define: são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituída para prestar serviços aos associados.

Sendo seu objetivo voltado para os cooperados e não à sociedade em si, fica evidente a sua distinção de outros tipos de sociedades. Embora o diploma legal precedente, o decreto lei nº 59 de 21/11/66 afirmasse que "[...] as cooperativas constituem-se sem o propósito de lucros [...]", expressão repetida na lei nº. 5.764/71, em seu artigo 3° nada obsta que as cooperativas apurem lucros, por meio de atos não cooperativos. Ocorre que os lucros apurados são advindos de atos não cooperativos, isto é, transações efetuadas com não associados e que serão revertidos em Fundo cooperativo de assistência técnica, educacional e social, após a incidência de Imposto de Renda.

Caracterizando este tipo de sociedade, Frank (2000), discorre sobre a questão, argumentando que muito embora, isoladamente ou em combinação eventual e restrita, os elementos que individualizam a sociedade cooperativa possam existir em outras formas societárias, certo é que somente na cooperativa apresentam-se eles reunidos num conjunto unitário de normas, o qual, inspirado na realização de uma idéia de obra ou de empresa comum, intimamente vinculada à concretização de um princípio de justiça distributiva, incide, em bloco, sobre a pessoa jurídica da cooperativa (e, por via de conseqüência, sobre a situação econômica e social das pessoas físicas associadas que constituem o suporte do sistema) para diferenciá-la, desse modo, de outros tipos societários ou empresariais, de natureza pública ou privada. Por conseguinte, a lei nº 5.764/71 elenca uma série de características específicas das sociedades cooperativas:

a) Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo, a impossibilidade técnica de prestação de serviços. Conforme fora citado anteriormente, pretende-se com a expressão adesão voluntária**,** observar que ninguém é obrigado a ingressar na sociedade. Desnecessária a expressão, já que ninguém é obrigado a ingressar em nenhuma sociedade. A própria Carta Magna em seu art. 5°, inciso XX, diz que "[...] ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado [...]". Melhor teria sido se tivesse empregado adesão livre, ao invés de adesão voluntária.

8 C.f Dicionário Aurélio (2000): Lat. (de seu próprio gênero). Que não apresenta analogia com nenhuma outra (pessoa ou coisa); peculiar.

No que tange ao princípio da adesão livre, Bulgarelli (2000) expressa o significado de voluntariedade, afirmando que não se admite que ninguém seja coagido a ingressar em uma sociedade cooperativa, e o da porta-aberta, por meio do qual não pode ser vedado o ingresso na sociedade àqueles que preencham as condições estatutárias.

No que se refere ao número ilimitado de associados, também foi impreciso o legislador, pois em nenhum tipo de sociedade há limitação quanto ao número de associados ou sócios. Talvez a intenção fosse limitar o número de associados em virtude da impossibilidade técnica de prestação de serviços. Todavia, o mesmo pode ocorrer com qualquer tipo de sociedade.

b) Variabilidade do capital social representado por quotas -partes. A princípio, qualquer sociedade possui variabilidade de capital, não sendo, por isso, privilégio das sociedades cooperativas. No entanto, outros tipos de sociedade para poderem fazer alterações de capital necessitam de alterações estatutárias ou contratuais. Nas sociedades cooperativas tal medida não é necessária, podendo-se aumentar ou diminuir o capital sem alterações estatutárias. São constantes as mutações no capital das sociedades cooperativas, que ocorrem com o ingresso ou retirada de associados ou com integralização de quotas-partes.

c) Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento das obrigações sociais. Pretende-se com esse dispositivo legal evitar a concentração de capital na mão de poucos associados, limitando-se ao máximo de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes (lei nº 5.764/71 artigo 24 §1°). A princípio, isso seria desnecessário já que não há vantagens em possuir-se maior ou menor quantidade de quotas-partes. A distribuição de sobras é feita em proporção direta à fruição de serviços, não podendo haver nenhum tipo de privilégio que considere o capital do associado. No que se refere ao estabelecimento de critérios de potencialidade de utilização de serviços oferecidos pela cooperativa e capital proporcional a isto há que se enaltecer a intenção do legislador. Seria lógico que aqueles que se utilizam mais dos serviços da cooperativa tenham também maior capital integralizado, o que, normalmente, ocorre na prática, já que as cooperativas descontam um percentual do faturamento do associado integralizando esses valores em quotas-partes[9].

9 É o capital mínimo a ser substituído pelo associado, bem como, as condições de sua retirada

Mesmo considerando que não pode haver qualquer tipo de privilégio aos detentores de maior número de quotas-partes e que cada associado tem direito apenas a um voto, pode haver a remuneração de até 12% (doze por cento) ao ano, se assim determinarem os estatutos, o que não deixa de ser uma interessante forma de incentivo à capitalização. Para evitar que o capital seja corroído por efeitos inflacionários seria conveniente que a lei determinasse que a remuneração fosse real, isto é, acima dos índices de inflação.

d) Inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade. É um importante diferencial entre cooperativas e sociedades anônimas, o preceito legal que impede o ingresso de estranhos à sociedade. Desta forma, evita-se que concorrentes da cooperativa a ela se associem e lhe causem danos.

Em virtude da livre adesão poder-se-ia supor que qualquer um que pleiteasse ingressar na sociedade a isto teria direito. No entanto, a limitação determinada pela lei é salutar e, com certeza, o legislador criou um obstáculo oportuno. Estranhos à sociedade são pessoas que não atendem aos preceitos legais e estatutários inerentes aos objetivos sociais da sociedade.

e) Singularidade do voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividades de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade. A singularidade do voto é importante ponto de distinção entre cooperativas e sociedades anônimas, e vem corroborar a caracterização da sociedade de pessoas e não de capitais. Mesmo considerando-se que a singularidade do voto - uma pessoa um voto -, tem sido um empecilho para capitalização, pois retira incentivos a uma maior participação de capital na cooperativa.

Conforme a legislação cooperativista, no Capítulo VI - *quorum*[10] para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não do capital.

Diretamente relacionado com a singularidade do voto, a exigência de *quorum* é baseada no número dos associados e não do capital, o legislador apenas repete o que já havia sido colocado no item anterior, sendo, portanto pleonástico, e de efeito inócuo.

Ainda neste contexto, no capítulo VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcional às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembléia geral.

---

dos casos de demissão, eliminação ou exclusão do associado (VIANNA, 1995, p. 46).

10 C.f Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: [Lat.] Número mínimo de pessoas presentes exigidos por lei ou estatuto para que um órgão coletivo funcione

Esta determinação legal é, também, integrante da doutrina cooperativista e visa premiar o trabalho conjunto que, supõe-se, seja mais produtivo. A ressalva permitindo deliberação em contrário da assembléia geral diz respeito à capitalização das sobras e não a outros critérios de rateio das sobras que não sejam proporcionalidade com a fruição dos serviços da cooperativa.

Ainda no que tange o Capítulo VII, Indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social. Estes fundos têm destinação específica e não podem ser distribuídos, podendo, apenas, ser utilizados para cobertura de prejuízos ou, em caso de liquidação da sociedade serão revertidos em favor da Fazenda Pública. Quanto à utilização do FATES[11] veja Capítulo VII.

No Capítulo IX - Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social, referenda-se nesse preceito o que é destacado na própria Carta Magna que em seu artigo 5° diz: "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política [...]" No mesmo artigo, no inciso XLII: "[...] A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei [...]".

No Capítulo X - prestação de assistência aos associados e, quando previstos nos estatutos, aos empregados da cooperativa. A prestação de assistência aos associados (ou empregados, quando prevista nos estatutos) faz parte dos objetivos sociais da cooperativa e, para tal fim, destina-se parte das sobras ocorridas no exercício e que constituirão o fundo de assistência técnica, educacional e social. O preceito faz parte dos princípios do cooperativismo e foi referendado no Congresso da ACI em 1995, denominado de "princípio da educação, treinamento e formação".

No Capítulo XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

O preceito legal, a princípio, parece uma obviedade já que ninguém teria interesse em ingressar em uma sociedade se não puder usufruir os serviços que essa sociedade pode oferecer, bem como a sociedade não aceitaria em seus quadros maior número de pessoas que pudesse reunir em assembléia geral. Embora haja cooperativas com mais de 20.000 associados e que, se reunissem todos, não haveria lugar apropriado, é de se supor que a sociedade só acolha em seus quadros, números de pessoas que possam usufruir os benefícios que a sociedade proporciona.

4.4 - SISTEMAS E PROCESSOS DAS COOPERATIVAS

No que se refere ao conceito de gestão das cooperativas, os sistemas têm

11 Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social.

sua gênese baseada na Teoria dos Sistemas, surgido a partir da década de 60, com estudos do biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy. É válido ressaltar que a teoria geral dos sistemas não busca solucionar problemas ou tentar soluções práticas, mas produzir teorias e formulações conceituais para aplicações na realidade empírica[12]. Como as cooperativas são empreendimentos *sui generis*, conforme analisamos anteriormente a sua estrutura, verificaremos a seguir, como funcionam os processos inerentes às cooperativas agrícolas.

Conforme Oliveira (2001), a realidade da economia e do mercado tem levado as empresas, em geral, a desenvolverem novos modelos de gestão que utilizem modernos instrumentos administrativos. Por conseguinte, o modelo apresentado deve ser considerado algo orientativo para a cooperativa, tendo é claro que se adaptar à realidade e/ou expectativas destes modelos organizacionais.

No que tange o conceito de gestão, Oliveira expressa "Gestão pode ser conceituada como processo interativo de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação dos resultados da cooperativa" (2001, p. 67).

Ainda sob neste aspecto, é relevante enfatizar que vários componentes atuam de forma perfeitamente conectada e principalmente interativa. De acordo com as funções da administração[13], destacam-se: o *planejamento*, em especial, o estratégico; *organização*, isto é, estrutura organizacional; *direção*, ou seja, o processo diretivo, decisório e capacidade de liderança; e *avaliação*, incluindo o processo de aprimoramento. Desta forma, o mais importante no que se refere à utilização do ferramental administrativo, é o entendimento de como um sistema gestão auxilia e recebe auxílio de outros instrumentos provenientes da cooperativa. Neste contexto interativo, pode-se chegar à qualidade total dos diversos sistemas administrativos da cooperativa, pois as partes boas de cada sistema, contribuirão para o desenvolvimento de outras partes positivas do mesmo, acarretando assim, a expurgação de partes negativas e/ou prejudiciais, a partir do trabalho de equipes com uma polivalência no que tange o desenvolvimento cognitivo e competências, agilizando toda a operacionalização do modelo de gestão dos empreendimentos cooperativistas.

É válido ressaltar ainda, que esta interatividade existente, evita que se considere cada caso isoladamente. Muito embora exista uma ordem natural

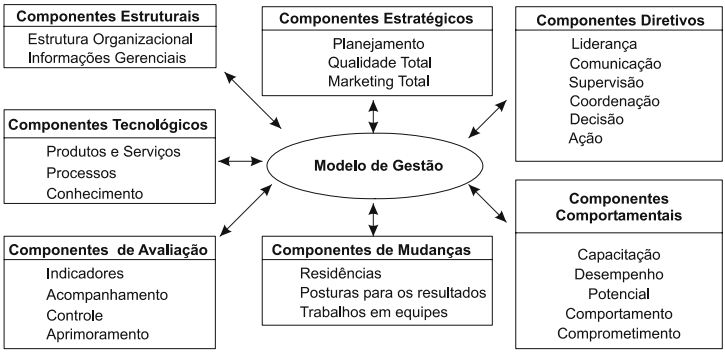
12 Refere-se a todo o conhecimento prático, contudo, sem o viés científico.

13 C.f. ROBBINS, Stephen. Administração: *Mudanças e Perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 33: Método escrito por Henry Fayol, para classificar o que os gerentes fazem: planejamento, organização e controle.

no que diz respeito à operacionalização dos instrumentos administrativos, tal como o planejamento estratégico, que deve estar na gênese da aplicação do modelo, pois uma cooperativa agrícola pode desenvolver um sistema de qualidade total, por exemplo, sem ter ao menos implantado o planejamento estratégico na organização em questão.

Enfim, é fato de que esta não é uma situação interessante que ocorra, contudo, a cooperativa pode amenizar o entrave, planejando eficientemente o desenvolvimento, bem como a implantação de seu modelo de gestão pode ser conceituado como seu processo estruturado, interativo e consolidado de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação dos resultados visando ao crescimento e ao desenvolvimento da cooperativa, conforme a Figura 5 proposta por Oliveira (2001).

Figura 5: Modelo de gestão das cooperativas



De acordo com Ferrinho (1978) as cooperativas enquadram-se no plano das decisões conscientes, uma instituição resultante do processo pelo qual pessoas que sentem necessidades comuns, decidem formar voluntariamente uma associação, (motivação para agregação) sendo o seu estudo pertencente à psicologia social, plano dos comportamentos, integrada no meio sócio-cultural e cujos membros agem em conjunto (interacção). O seu estudo pertence à sociologia, plano dos objectos materiais, utilizando uma empresa econômica de que são simultaneamente donos e usuários, (meio material de acção) e o seu estudo pertence à economia, plano das idéias para a melhoria de vida doméstica de cada um e do bem-estar social de todos os seres humanos com base na solidariedade, na equidade, no respeito do homem pelo homem e no ativismo constante (finalidades), bem como,o seu estudo pertence à filosofia social.

A partir da análise feita pelo autor, verifica-se que este empreendimento peculiar, isto é, a cooperativa, tem conexão com diversas ciências, além do que, sua singularidade baseia-se principalmente no dever moral de ajudar ao

próximo e a si próprio.

No que concerne à interatividade no ambiente intra-organizacional, além da intervenção de uma proposta educacional vem contribuir diretamente para o desenvolvimento cognitivo dos sócios-cooperados, certamente é uma sugestão de como desenvolver uma cooperativa, independente de seu segmento de atuação, pois, sem conhecer os princípios e processos de gestão, os resultados tornam-se mais dificultosos, portanto, se faz necessário o conhecimento para transformar a realidade de muitos profissionais atuantes no mercado, bem como das organizações de que fazem parte.

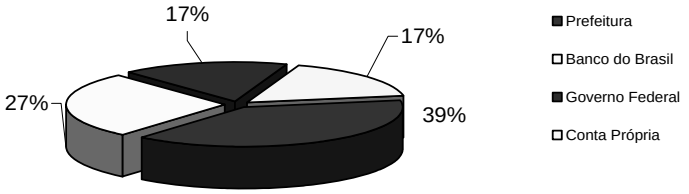
Por fim, a recenticidade de muitos destes empreendimentos, o que confirma a necessidade de estudos mais amplos deste tipo de organização, em virtude de fragilidades dos registros e acompanhamentos destas iniciativas, principalmente porque ocorrem de forma difusa, muitas vezes no campo popular, precisando, portanto de estudos empíricos, com o devido embasamento teórico, de modo a contribuir para um maior conhecimento da realidade de atuação destas unidades produtivas, de modo a subsidiar a sua expansão.

4.5 - ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DAS COOPERATIVAS

A apresentação de um modelo de gestão eficientemente capaz de atender às expectativas de seus sócios-componentes deve seguir alguns aspectos que deveriam ser ajustados na Lei nº 5764/71, tais como:

a) Dificuldade de capitalização eficiente e eficaz pelas cooperativas, que só podem realizar essa capitalização pela chamada de capital de seus sócios-cooperados – geralmente descapitalizados, pela alocação de eventuais resultados de sobras de atividades cooperativas em geral, reduzidas ou nulas, ou pelo acesso problemático e caro a empréstimos bancários. Conforme apontou a pesquisa realizada junto aos cooperados do Município de São Francisco do Pará, no período de 01 a 30 de maio no ano de 2004, onde aparece a dependência de aporte de capital externo das cooperativas, veja a Figura 6 a seguir:

Figura 6: Distribuição dos cooperados segundo os tipos de créditos



Fonte: Pesquisa de campo.

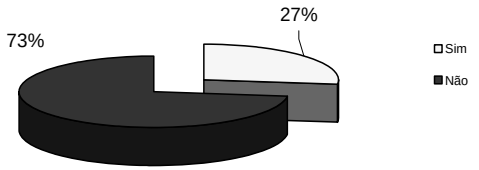
b) Dificuldade de realizar alianças estratégicas com empresas não-cooperativistas, como decorrência da impossibilidade da distribuição, aos sócios-cooperados ou não, dos resultados destas alianças estratégicas.

Portanto, qualquer que seja a abordagem que o executivo considere para o modelo de gestão das cooperativas, deve-se lembrar que o relevante é transformar, e não simplesmente, melhorar. Somando-se tudo isso, de maneira forte e otimizando oportunidades externas interessantes, tendem a torná-la competitiva e bem-sucedida. Se os executivos destes empreendimentos tiverem dúvidas em relação à aplicação de modelos de gestão, se é modismo ou não, ou realmente veio para consolidar-se, é importante destacar que alguns dos principais fatos e tendências que interferem nas atividades cooperativistas e das organizações em geral, são os seguintes:

- A qualidade total aplicada aos produtos, serviços, processos, administração, enfim, a cooperativa como um todo. Portanto, ela não deve ser mais considerada como um objetivo ou uma estratégia, mas como uma política. E talvez o ideal seja considerá-la como uma premissa para a sobrevivência da cooperativa.
- A evolução tecnológica está mais veloz do que nunca, provocando uma situação em que as cooperativas que não acompanharem o desenvolvimento ficarão excluídas do contexto, pois o incremento do conhecimento antrópico cresce fantasticamente, visto que o "capital intelectual" é um elemento *sui generis* para o enriquecimento das organizações de qualquer segmento mercadológico. Contudo, na ocasião da pesquisa de campo perguntamos aos cooperados quanto ao conhecimento da estrutura organizacional da cooperativa, no qual obtivemos o seguinte resultado: conforme apontou a pesquisa realizada junto aos cooperados do município de São Francisco do Pará, no período de 01 a 30 de maio no ano de 2004, onde aparece a heterogeneidade no nível de desconhecimento da estrutura das cooperativas, onde 73 % desconheciam os processos inerentes a este empreendimento; enquanto apenas 27% possuíam esta visão.

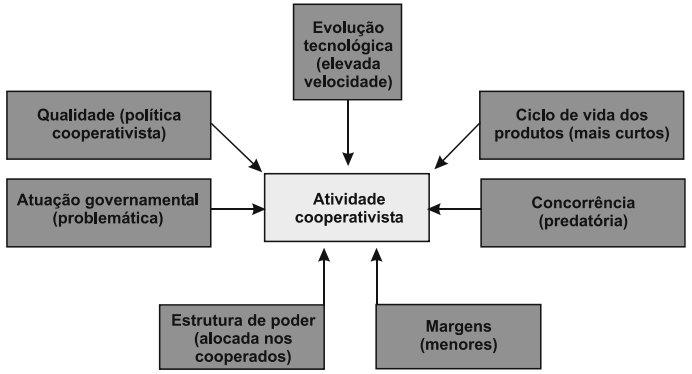
Figura 7: Conhecimento dos Processos Organizacionais das Cooperativas

COOPERFRAN/COOLIVRE



a) A tendência natural é que os produtos venham a ter um ciclo de vida cada vez mais curto, pois os cooperados e consumidores estão cada vez mais críticos e exigentes.
b) A concorrência mais acirrada determina que somente as cooperativas mais competitivas, "antenadas" à égide do mercado, sobreviverão.
c) A atuação governamental está cada vez mais problemática, visto que, a falta de planejamentos e excessos de encargos para estes empreendimentos, provocam um desvio de recursos para atividades não-produtivas (no enfoque empresarial), a exemplo dos encargos, burocratização, e assim por diante. É o conhecido entrave do *Custo-Brasil*, ao qual, direta ou indiretamente, afeta as cooperativas. Esses vários fatores de influência da atividade cooperativista são representados na Figura 8, proposta por Oliveira (2001 p.81).

Figura 8: Fatores de influencia da atividade cooperativista



Por conseguinte, por mais que alguns destes fatos ou tendências apresentados possam ser questionados pelos "caçadores de conhecimento", isto é, o público leitor, o que é bastante válido, todavia, ninguém poderia afirmar que a abordagem enfocada anteriormente possui uma analogia direta ao contexto do cooperativismo brasileiro. Analisando o que fora verificado anteriormente, destacamos a relevância quanto à implantação de um instrumento de gestão capaz de controlar eficazmente os processos nas organizações cooperativas. Desta forma, é importante perceber quais as principais preocupações dos executivos, que contribuirão substancialmente para a otimização e implementação do planejamento estratégico nas cooperativas. Segundo Robbins (2003) sob um enfoque mais moderno, o termo planejamento, define-se como as metas da organização, o estabelecimento de uma estratégia global

para alcançar essas metas e o desenvolvimento de uma hierarquia de planos abrangente para integrar e coordenar as atividades.

É válido enfocar que o modo mais difundido para classificar os tipos de planejamento é por sua amplitude, sejam eles, *estratégicos* ou ainda *operacionais;* bem como, por intermédio de seus prazos de execução, isto é, a curto, médio ou longo prazo. Por conseguinte, no que diz respeito ao planejamento estratégico das cooperativas, Oliveira (2001) afirma que a metodologia administrativa que permite estabelecer a direção otimizada a ser seguida pela cooperativa, visando ao maior grau de interação com os fatores externos, que não são controlados pela cooperativa.

Assim, é visível a interação existente entre os ambientes intra e interorganizacionais dos sistemas cooperativistas, o que vem a evidenciar continuamente o contexto estratégico deste tipo de planejamento, visto que, possui uma abrangência do todo da organização, estabelecendo seus objetivos globais e posicionando-se em termos de ambiente.

Deste modo, verifica-se que o planejamento estratégico torna-se mais importante ainda no contexto do cooperativismo, pois neste caso, a propriedade é compartilhada pelos diversos cooperados e, portanto, a busca de resultados comuns apresenta um contexto mais abrangente. Existem inúmeras vantagens que são proporcionadas a partir da implantação do planejamento estratégico no contexto cooperativista, as quais podem destacar:

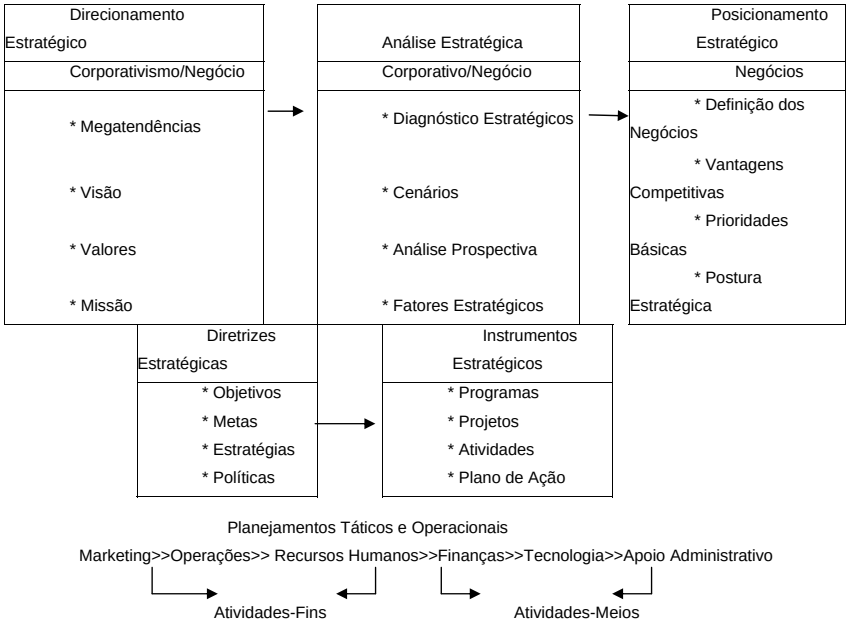
a) Direcionamento de esforços para atingir resultados afins, pois os objetivos e metas da organização são estabelecidos por todos os executivos e profissionais da cooperativa.
b) Aprimoramento de modelo de gestão, pois ocorre forte debate da melhor estrutura organizacional (como sustentação para a cooperativa alcançar os resultados esperados), responsabilidades e autoridades, do sistema de comunicação e do processo decisório.
c) Agregação de serviços mais estruturados ao sistema cooperativista, pois as interações entre as diversas instituições do sistema (OCB regionais, federações, centrais e cooperativista) são bem mais delineadas para a busca de resultados comuns.
d) Facilidade na avaliação de indicadores de desempenho, pois os resultados esperados são amplamente negociados, bem como todas as atividades a serem realizadas são alocadas em processos direcionados aos objetivos e metas das cooperativas.

Neste sentido, foi analisado que o planejamento estratégico das cooperativas representa uma metodologia de administração para estabelecer a situação futura, bem como, os meios (estratégicos e ações) para se alcançar

essa situação. Ainda sob este enfoque, os executivos, devem passar por cada um dos componentes do módulo, bem como, realizar o nível de profundidade de debate, de acordo com o interesse ou necessidade da cooperativa para as questões estratégicas e de planejamento em geral. Enfatizando que é a postura executiva voltada para a otimização, interativa e em tempo real, da cooperativa com fatores externos (não-controláveis pela cooperativa).

Além disso, é válido enfatizar no que se refere ao planejamento estratégico, sendo este um planejamento mais amplo, isto é, abrange todo o sistema, e também, projetado em longo prazo, tendo seus efeitos e conseqüências estendidas há vários anos pela frente, bem como, abrange todos os recursos e áreas de atividade e preocupa-se em atingir os objetivos ao nível organizacional. Assim, analisemos a Figura 9 representada por Oliveira (2001, p. 103):

Figura 9: Modelo14 básico do processo de planejamentos estratégicos das cooperativas.



Verifica-se que o modelo apresentado na Figura 9 compõe-se de cinco módulos, que podem ser utilizados em toda sua plenitude ou podem ser utilizados de forma mais resumida, desde que respeitem os assuntos ou componentes básicos identificados em cada módulo.

14 C.f. OLIVEIRA, Djalma. **Manual de Gestão das Cooperativas**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.

De acordo com Motta (2000), é o conjunto de decisões fixadas em um plano ou emergentes do processo organizacional, que integra missão, objetivos e seqüenciais de ações administrativas num todo independente. Portanto, estratégias tanto podem ser guias de ação definidos *a priori* quanto o conjunto de resultados definidos *a posteriori* como produto de comportamentos organizacionais específicos.

A necessidade de estudar e aplicar a noção de estratégia em administração passou a ser sentida no momento em que acentuava a velocidade das mudanças sociais, econômicas e políticas que definia o ambiente empresarial. Como demonstra a Figura 10:

Figura 10: Formulação estratégica militar

ESTRATÉGIA MILITAR CLÁSSICA	ESTRATÉGIA EMPRESARIAL MODERNA
1-Formulada segundo o maior número de constantes e menor números de variáveis (nível da batalha e da guerra).	1-Formulada segundo o menor número de constante e alto número de variáveis (nível da empresa).
2-Concentra-se no indivíduo estrategista.	2-Concentra-se na empresa: Estratégia Organizacional.
3-Baseada na oposição inteligente: Opositores desenvolvem estratégia de ação e podem em princípio reconhecer alternativas dos oponentes em cada situação específica.	3-Baseada na ambigüidade e volatilidade da ambiência, que pode mudar rápida e independentemente da ação de opositores conhecidos.
4-Estratégia vista unicamente como ação conscientemente estabelecida.	4-Estratégia vista tanto como produto da ação consciente quanto da ação emergente do processo organizacional.
5-Insinua habilidades em artimanhas e espertezas (como na teoria de jogos).	5-Baseada em habilidades gerenciais
6-Apresenta-se como uma arte.	6-Apresenta-se tanto como arte tanto como ciência.

Finalmente, na medida em que se modificam as condições ambientais, altera-se não só a possibilidade de alcance dos objetivos e resultados desejáveis como também o que é desejável. Enfim, estes caminhos devem ser visualizados através de uma ótica ampliada da organização e que inclua o meio ambiente,

no qual ela está inserida, onde surgem as principais provocações que geram necessidades de se modificar padrões organizacionais estabelecidos. Além do mais, as modificações mostraram de tal ordem que as simples reações e adaptações delas decorrentes já não eram suficientes para garantir a sobrevivência empresarial. Daí a necessidade de desenvolverem alternativas ou ações potenciais que direcionem e possibilitem o redirecionamento constante dos objetivos e dos caminhos da organização.

4.6 - A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO COOPERATIVISMO

A verificação a ser feita, oscila do raciocínio que transforma a educação em uma esfera responsável pelo desenvolvimento da capacidade produtiva e pela competitividade da economia nacional, responsabilizando-a por intermédio do que ela, de forma isolada, não é suficientemente responsável. Portanto, sob este enfoque, duas indagações são igualmente pertinentes: Qual a dimensão das repercussões em relação ao processo produtivo nas cooperativas agrícolas do município estudado? Qual(ais) resultado(s) na formação profissional de seus sócios-cooperados?

É válido ressaltar, portanto, que o sucesso de qualquer empreendimento é o "saber fazer" e o desenvolvimento intelectual de seu capital humano. Desta forma, a compreensão para o processo em estudo, é o método adequado a ser aplicado em determinado tipo de situação, isto é, verificar a princípio, que tipos de necessidade estão averiguando. Então, nos mais variados tipos de empreendimentos, dentre os quais, destacamos as cooperativas, em que existem pessoas de diversas culturas, níveis de escolaridade e muitas das vezes interesses antagônicos, que protelam o crescimento deste tipo de empreendimento. Após compreendermos a real necessidade organizacional no ambiente cooperativista, analisemos outros parâmetros na esfera política, social e econômica de nosso país para buscarmos um maior entendimento do contexto educacional no ambiente cooperativista.

Na esfera política, a pobreza é evidenciada por não se lutar pelo direito de informação, de expressão, de comunicação. Faz parte dos conteúdos da democracia a transparência da informação, evitando-se processos administrativos vedados ao conhecimento público. Foi por falta desta transparência que em épocas passadas, o governo tomou decisões às escondidas, elaboradas apenas para concretizar interesses específicos e de poucas pessoas, sem consultar a maioria. Sendo assim, existe também um controle político nos setores de veículos de comunicação, a indústria cultural, bem como, a moral que atuam de maneira manipuladora, realizando uma

verdadeira “lavagem cerebral” naqueles desprovidos de conhecimento e/ou informações neste viés. Na esfera do conhecimento, Demo nos diz que:

> *O saber especializado é também fonte de poder, sobretudo, na versão tecnológica. Além da fonte, o saber pode estar a serviço do poder. É o caso da tecnocracia, que tem como uma de suas marcas, colocar a serviço do poder o saber especializado de que dispõe. O abuso de poder aparece de inúmeras formas, por vezes, muito inventivas: a construção de uma linguagem ininteligível ao público, a título de superioridade; os planejamentos ineficientes e ineficazes, que servem à lógica dinâmica do poder; a montagem de mandarinatos da pretensa inteligência; a tecnologia subserviente ao lucro, à exploração, à destruição do meio ambiente e da qualidade de vida; as políticas sociais que fabricam, sobretudo formas de controle social e desmobilização dos desiguais; o desconhecimento da sabedoria popular [...] (DEMO, 1990, p. 31)*

Portanto, é evidente, no texto acima, algumas formas de abuso de poder, que marginalizam o povo e o impede de exercer a sua cidadania, discutida de forma consolidada nos capítulos anteriores. Em nosso país, verifica-se que o povo necessita é de formação educacional em longo prazo, aliada à conscientização política, pois os que fazem política só estão representando o país por “escolha” da população. São relevantes também, a recuperação e preservação da identidade cultural das comunidades, pois a conscientização política é fomentada com a identificação de consciência crítica.

No caso da História do Brasil, ao longo dos séculos, percebe-se a repressão que as massas populares vêm sofrendo. Ironicamente, verificamos que o período de escravidão vivido em pleno século XIX, vigora até os dias atuais. A diferença é que, os escravos, presos a correntes, eram vistos como commodities[15], e deveriam ser obedientes e leais aos seus senhores. Após a libertação dos escravos foi decretada pela princesa Isabel em 18 de maio de 1888, muitos deles passaram a ser escravos de um senhor mais voraz: o desemprego. Anos se passaram, e chegamos ao século XX, com velozes transformações no âmbito tecnológico, político, social, cultural, além do fenômeno das chamadas aldeias globais[16], marcadas sob a égide do capitalismo. Finalmente, século XXI, com a era do material humano, valorização deste enquanto profissional

15 O equivalente a mercadoria.

16 C.f capítulos anteriores - Termo designado ao fenômeno da globalização, também conhecida como mundialização

para contribuir na concretização dos objetivos organizacionais. Lembrando que, para que este de fato ocorra, faz-se necessário o investimento em educação profissional. No caso das cooperativas, foi percebido pela pesquisa que fora evidenciada longo deste processo científico que a apropriação de conhecimento nestas organizações seria um instrumento de grande relevância para o desenvolvimento destes empreendimentos. Assim, Drucker enfatiza que "[...] o profissional de sucesso será aquele que possa adquirir e transmitir conhecimentos [...]" (DRUCKER, 2002, p. 169).

Percebe-se que o profissional da atualidade deve possuir um perfil flexível, isto é, que se adapta com facilidade a mudanças, e que sabe trabalhar em equipe. Relacionado ao trabalho em equipe, (QUEIROZ *apud* GOLEMAN, 2000, p. 17) expõe que um grupo é composto por variadas forças e perspectivas, operando em harmonia, irá produzir soluções melhores, mais criativas e eficazes do que o trabalho individual de cada um. Na medida em que serviços baseados no capital intelectual e no conhecimento, como é o caso da escola, se tornam mais fundamentais para o mercado de trabalho, melhorar a maneira como as pessoas trabalham em equipe será a grande forma de influenciar o capital intelectual, o que fará uma grande diferença. Para prosperar, senão para sobreviver, as empresas deverão desenvolver a eficiência do trabalho em grupo. Assim, na contramão, estão aqueles que apostam em modelos individualistas e competitivos. E aí reside um grande problema: confundem individualidade com individualismo e qualidade aliada à competência, com competição.

Um desenvolvimento equilibrado da individualidade é aquele centrado no crescimento pessoal e na autonomia. O individualismo é a preocupação excessiva apenas com o que lhe é próprio, esquecendo-se dos demais. Os que apostam na competição, esquecem que o fator primordial é à busca da qualidade e da competência. Com uma preparação prévia adequada, competência e qualidade farão os serviços e produtos de uma empresa estar sempre bem posicionados no mercado. Eles, naturalmente serão competitivos. Não porque conquistaram seu espaço em detrimento do fracasso de outros, mas porque são bons e têm qualidade para ocupar um determinado espaço. O mundo espera, portanto, que pessoas preparadas, com domínio de sua área de atuação, porém, quer pessoas que possam contribuir de alguma forma para o sucesso de outras, que valorizem seus parceiros, que dêem opiniões e que critiquem, quando julgarem necessário.

Por conseguinte, verificamos o quão é importante o engajamento da escola neste contexto. Ela detém em suas mãos a oportunidade de repassar conhecimento, habilidades e/ou aptidões que serão úteis para a vida de

seus discentes e também para o mercado de trabalho. É vital fazer com que seja ensinada a cooperação no contexto educacional, pois a aprendizagem cooperativa é um caminho aberto e uma ferramenta inigualável nas mãos dos professores. Correia relata que:

> *Em cada momento, o professor (formador, diremos nós), bricoleur dispõe, com efeito, de um conjunto de instrumentos cognitivos e de recursos heterogêneos que não mantém uma relação explícita de funcionalidade, relativamente ao projeto do momento, ou relativamente a qualquer outro projeto, sendo antes o resultado contingente de todas as ações que lhe permitam renovar e enriquecer o stock, ou reestrutura-lo com os resíduos de construções e desconstruções anteriores [...] (CORREIA, 1999, p. 25)*

Neste sentido, atenta à nova realidade brasileira e mundial, a OCB orienta todos os seus esforços no sentido de apoiar e desenvolver iniciativas que promovam o cooperativismo. Aliado a este fato tem buscado repensá-lo, com o intuito de adequá-lo ao novo mundo que se descortina. Porém, sob um olhar estratégico, tem também se preocupado com futuro do movimento. Formar novas lideranças orientá-las e mantê-las informada é o papel de maior relevância da OCB. Faz-se necessário então, difundir esta realidade para as crianças e jovens atualizando-os sempre e mantendo acesa a chama da cooperação. Numa iniciativa inovadora, a OCB em parceria com as escolas, direciona seus esforços para um projeto mais arrojado: investir na educação cooperativista de jovens, buscando, portanto, direcionando-lhes para o aprendizado do exercício da cidadania. Ainda sob este aspecto, trabalhar os princípios e valores do cooperativismo nas escolas é caminhar na contramão de algumas mazelas sociais, a exemplo do isolamento, violência e autoritarismo.

Por fim, a utilização e diversificação dos meios disponíveis para ampliar a educação cooperativista são, nos dias de hoje, uma exigência que se faz aos que se interessam por esta proposta e pretendem fortalecê-la para uma nova realidade. Eis então, a importância de disseminar o ideal cooperativista na fase infanto-juvenil que o terreno é mais fértil para lançar sementes positivas e fazer germinar grandes resultados futuros.

4.7 - A PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme verificamos nos tópicos anteriores, o período atual encontra-se envolvido em um intenso processo de mudanças e incertezas.

Percebemos a cada dia, à emergência de novos padrões tecnológicos que são fomentados mutuamente. Destacamos então, como elementos deste contexto, processos ligados à reestruturação produtiva, flexibilização e diversificação, bem como, a significativa perda industrial enquanto geradora de empregos, a maior instabilidade e competitividade no mercado de trabalho e, neste sentido, as exigências quanto à qualificação profissional de muitas pessoas caracterizam um ambiente permeado de potencialidades e altos riscos. Portanto, ressaltamos a forma específica de integração de nosso país, em meio ao novo paradigma internacional, direcionando-nos rumo a uma crescente precarização do mercado de trabalho formal, com o desaparecimento de um número expressivo de postos de trabalho, em especial no setor industrial, e uma elevação considerável de ocupações instáveis e, em sua maioria, mal remuneradas. Desta forma, pergunta-se: Existe alguma(s) alternativa(s) capaz(es) de reverter este cenário? O apoio a modelos alternativos de geração de ocupações, a exemplo do trabalho autônomo e empreendimentos tais como: o cooperativo, o associativo e até mesmo familiares, vem se firmando como um elemento central de estratégias destinadas a reverter e/ou amenizar a tendência excludente das formas de ocupação clássicas.

Sob este aspecto, o ano de 2001 foi o marco inicial da entrada do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/PA), como executor do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). A ação do SESCOOP/PA é a ação dinamizadora da idéia cooperativista, está voltada tanto para a educação cooperativista em si mesma, como também para o desenvolvimento de seus membros cooperados ou não, através de treinamentos executados previstos pelo PLANFOR, onde se busca desenvolver os cidadãos e empresários solidariamente organizados. Em futuro próximo, ocorrerá um delineamento daquilo que será de fato, um desenvolvimento humano de qualidade, no que tange à geração de emprego e renda, empregabilidade e principalmente, transformar o ideal individual em coletivo, na qual a cooperação possa ser mais bem compreendida e aplicada.

No que se refere à questão nível de escolaridade do universo de treinandos do programa de educação cooperativista promovido pelo SESCOOP/PA tendo como resultado, a maioria não estudante, foi o seguinte: dos 1756, apenas 638 eram estudantes, tendo, o restante os 1118 não estudantes. Faz-se necessário, portanto, verificarmos as razões que provocaram esta evasão escolar. Neste sentido, se falta maiores informações para adultos ou qualquer outra hipótese, é precioso sanar estes entraves com soluções eficazes, como por exemplo, a divulgação de programas específicos para a educação de adultos. Durante este mesmo período, fora detectado que a maioria dos cooperados tinha situação

de responsabilidade familiar e necessitava gerar renda para seu sustento e que possivelmente estavam desempregados. É perceptível, por conseguinte, que a maioria destas pessoas busca através dos conhecimentos promovidos pelos programas de qualificação profissional, participar com maior interesse de um processo de melhoria sócio-econômica, o que vem a beneficiar todos os que os cercam. Sob este viés, vamos analisar a tabela 7 a seguir:

Tabela 7: Situação profissional dos cooperados.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	%
• Trab. Autônomo c/reg.cont. munic.	7,29
• Trab. Autônomo /reg.cont. munic.	8,77
• Trab. não remunerado	3,29
• Servidor público	6,89
• Profissional liberal s/empregado	1,99
• Profissional liberal c/empregado	0,62
• Procura 1º emprego	12,76
• Produtor Rural s/ registro	1,14
• Produtor Rural c/ registro	2,71
• Estagiário remunerado	2,1
• Empregado Doméstico s/ registro	0,28
• Empregado Doméstico c/ registro	0,11
• Empregado Assalariado c/ registro	8,12
• Desempregado	27,96
• Beneficiário c/ seguro desemprego	4,3
• Microempresário	3,96
• Assentado	3,76
• Aposentado	3,95
TOTAL	**100,0**

Fonte: Relatório Planfor (SESCOOP/PA, 2001)

Finalmente, muitos programas de capacitação profissional têm proporcionado aos cidadãos paraenses a possibilidade de ascensão profissional, bem como, no crescimento do sentimento da cidadania, uma vez que a capacitação tem disseminado o senso da capacidade e de competência para serem auto-gestionados, gerando assim, renda e melhoria da qualidade de vida da população local. Estas ações, indubitavelmente é uma proposta promissora de que o sentimento maior de cooperação será uma das formas de reverter mazelas sociais em nosso país.

4.8 - OS LIMITES DA PROPOSTA DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo, mediante os documentos gestados ao longo de seu processo de produção, bem como, os que orientam a sua prática pedagógica, situa a educação e a qualificação profissional como a gênese de todas as transformações que estariam permeando o sistema capitalista. Visualizam-se inúmeras mudanças apontando-as como elementos determinantes, para a elaboração de uma proposta pedagógica e formação profissional de qualidade.

Assim sendo, na ótica capitalista, a mundialização da economia é um fato inquestionável e um caminho a ser seguido por todas as nações que queiram participar efetivamente de investimentos. O argumento principal para esta afirmação, centra-se na orientação de defesas que fazem de um mundo sem barreiras para o capital, contudo, cheio de entraves para os trabalhadores, é o de que ele estabelece as condições para a concorrência generalizada e conseqüentemente, a fim de alavancar uma maior competitividade. Esta realidade apresentada levaria à redução do valor das mercadorias, bem como, ao aumento de qualidade das mesmas, acarretando assim, a democratização do consumo.

Verificando o que fora apresentado nos documentos oficiais do cooperativismo, o papel desempenhado pelas novas tecnologias e pelas novas formas de gestão, além da organização do trabalho. O conjunto de novos elementos trazem substanciais conquistas para os trabalhadores, pois podem melhorar as condições de vida dos mesmos, elevar o seu nível de escolaridade, e, desta forma, torná-los melhor qualificados enquanto cidadãos.

No discurso neoliberal, analisamos a relação mediante a liberação e à desvinculação das ações econômico-sociais da tutela do Estado, na prática, se materializa em várias ações que a negam. Portanto, o aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores e as novas qualificações são realmente desejáveis para a política brasileira? Se positivo, em que medida?

A maneira de apresentação da proposta do cooperativismo poderia ser deduzida de que se trata de um modelo educacional que valoriza o capital humano, anseia uma qualificação profissional que desenvolva a polivalência destes indivíduos, possibilitando a este as condições de conhecer todas as etapas de uma cadeia produtiva, sem reduzi-los à "apêndice da máquina", com o escopo de motivá-los e sem escravizá-los à chamada educação fragmentada.

Portanto, o objetivo é a escolarização para todos, desenvolvendo cognitivamente os trabalhadores, fazer com que todos sejam atuantes, que se sintam donos do próprio empreendimento, e que com as ferramentas de gestão, venham a atuar no mercado de forma bem-sucedida. Sob este viés,

serão criadas circunstâncias para a mobilidade social e para uma maior oferta de trabalhadores qualificados, com um "background" mercadológico ideal satisfazendo até mesmo os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores mediante as demandas que as mudanças no cenário mundial estariam prestes a exigir.

No que concerne à formação profissional, currículos de formação básica e técnico-científica, com enfoque na ascensão profissional, bem como, uma educação centrada no mundo do trabalho, tornam-se fatores críticos de sucesso nestes empreendimentos capitalistas e na educação profissional pretendida pelo ideal cooperativista. O desenvolvimento de habilidades cognitivas que permite ao profissional interpretar e desenvolver conhecimento, responsabilidade e conhecimento múltiplo são pré-requisitos básicos para uma empresa integrada e flexível, ou seja, orientada pelo modelo proposto pelas cooperativas, além da garantia de empregabilidade do trabalhador. O que escapa a este raciocínio, é que, primeiramente a dinâmica e a lógica do sistema educacional pode não conseguir responder de forma esperada pelos capitalistas, e posteriormente não realiza apenas a disseminação de conhecimento. Se o mesmo faz parte do processo dos trabalhadores, esta qualificação não é construída somente no espaço escolar, ou *in company.*

Em um segundo momento, não é somente a qualificação profissional dos trabalhadores que o sistema educacional se ocupa, atua também como uma instituição que cria e reproduz formas culturais diretas ligadas ao mercado de trabalho e ainda, à divisão do trabalho. Neste sentido, a divisão do trabalho e as relações sócio-culturais são elementos que não podem ser negligenciados quando o assunto é qualificação profissional e conhecimento. É relevante enfatizar que, em uma acirrada luta pela concorrência de monopólios, vence os mais habilidosos, cuja técnica e tecnologia permitam redução de gastos e a manutenção dos mercados. Este fato leva o empreendedor a utilizar-se de uma parte cada vez mais intensa do desenvolvimento de novas tecnologias, marginalizando, muitas vezes o material humano.

Muito embora a tecnologia aumente as perspectivas para desenvolver novas qualificações, a divisão do trabalho e a forma capitalista de organização do trabalho podam o trabalhador de realizar-se profissionalmente. Isto ocorre, devido à condição de manter o trabalhador afastado do planejamento do processo produtivo, isto é, ele não se sente parte da organização, além de mantê-lo na condição de trabalhador fragmentado. Quando a questão se refere aos resultados esperados com o cooperativismo, o ensino cooperativo é uma proposta metodológica de organização do trabalho em sala de aula, com alunos trabalhando em grupos de estudo. O professor coordena a ação dos

alunos, de tal forma que sejam alcançados os objetivos gerais e específicos da disciplina e do aprendizado, desenvolvendo valores e habilidades. Como se trata de um modelo estrutural, a aprendizagem cooperativa funciona como um pano de fundo para a aplicação de diversas estratégias que envolvem interação social, desenvolvimento de competências e habilidades, dinâmicas de grupos, interdependência positiva, responsabilidade individual e de grupo e a participação igualitária.

Concluindo, uma proposta educacional que realmente construa um novo ser antrópico, em que o desenvolvimento seja o seu objetivo e que leve à superação do desenvolvimento unilateral e fragmentado do trabalhador, que produza relações solidárias e democráticas à formação profissional aspirada por todos, porém, está além das possibilidades e desejos do capital. Assim, é relevante enfatizar que todo o desenvolvimento do projeto cooperativista permeia propostas e objetivos marcadamente positivos em relação a mudanças no cenário mundial.

C A P Í T U L O 5

ANALISANDO OS COOPERADOS AGRÍCOLAS

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados para o estudo da abordagem educacional nas cooperativas agrícolas do Município de São Francisco do Pará, e o desenvolvimento profissional de seus sócios-cooperados e conhecimentos de autogestão, no período de 2000-2004, apresenta os dados da pesquisa e as análises correlatadas.

5.1 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é classificada como exploratória pela limitação de estudos no âmbito educacional das cooperativas agrícolas do município analisado. A pesquisa exploratória proporciona maior contato com o problema e torna-o explícito. Considera-se descritiva pelos objetivos definidos e dirigidos para a sugestão de soluções do objeto a ser pesquisado que, neste caso, descreve as percepções dos profissionais que gerenciam estes empreendimentos peculiares, ou seja, as cooperativas. É relevante enfatizar, que o pesquisador precisa saber o que precisa mensurar, quando e onde o fará.

5.2 - NATUREZA DA PESQUISA

O emprego da pesquisa quantitativa teve como objetivo a identificação das competências, habilidades e conhecimentos da área de gestão, para ocasionar sugestões a prosperidade das cooperativas, que não se desenvolvem pela diversidade de ideais, níveis de escolaridade e desconhecimento das ferramentas gerenciais. Foi utilizado o método estatístico, que se aplica a todos os fenômenos que se destacam quantitativamente. A pesquisa realizada neste estudo teve caráter quantitativo pela coleta de dados junto a um número expressivo de pessoas, por meio de um questionário estruturado e com escalas de avaliação. Classifica-se como qualitativa também, pelas perguntas abertas realizadas para os sócios-cooperados, os quais tiveram a oportunidade de descrever que outros conhecimentos, habilidades e atitudes são requeridos para o bom funcionamento das cooperativas agrícolas de São Francisco do Pará (Brasil).

5.3 - POPULAÇÃO E TAMANHO DA AMOSTRA

De acordo com Roesch:

> *O capítulo da metodologia descreve como o projeto pode ser abordado da perspectiva quantitativa e qualitativa, embora se possa generalizar dizendo que a tendência*

> *seria utilizar um enfoque mais quantitativo na avaliação de resultados e um enfoque mais qualitativo na avaliação formativa, enquanto na pesquisa aplicada uma combinação de ambos é geralmente utilizada [...] (ROESCH, 1999, p. 125-6).*

Assim, espera-se que a metodologia possa favorecer a articulação da realidade empírica na qual operam as cooperativas agrícolas de São Francisco do Pará, com os aspectos gerais que fundamentam o delineamento da problemática das hipóteses da pesquisa e seus objetivos.

O total de cooperativas agrícolas no Estado do Pará, de acordo com as informações fornecidas pela OCB, no ano de 2004, é de 20 cooperativas agrícolas, e no município estudado, informa esta à existência de 2 (duas) cooperativas. Já no que diz respeito aos cooperados e dirigentes, a pesquisa pretendeu selecionar, através de amostra aleatória simples, 10% deste universo de acordo com a listagem de cooperados entrevistados de cada cooperativa, no momento inicial.

No que concerne à interpretação e análise dos dados, Roesch mais uma vez, enfatiza:

> *Na pesquisa de caráter quantitativo, normalmente os dados coletados são submetidos à análise estatística, com a ajuda de computadores (se o número de itens for pequeno, costuma-se utilizar uma planilha para a codificação manual dos dados). Tipicamente, as medidas para cada respondente são codificadas, e em seguida, manipuladas de várias maneiras (ROESCH, 1999, p. 149).*

No que concerne o segmento de dados, o cálculo da amostra dos usuários foi empregada uma análise percentual.

5.4 - PERSPECTIVA DO ESTUDO

A investigação buscou determinar as competências essências para o desenvolvimento educacional e profissional das cooperativas agrícolas e de seus sócios-cooperados. Teve como resultado final à constatação de que para que as mesmas prosperassem, seria necessário preocupar-se em desenvolver os recursos humanos da organização, visto que são essenciais para o gerenciamento dos demais recursos alocados para a conquista de resultados.

Ressalta-se, por conseguinte, que este estudo foi desenvolvido numa abordagem quantitativa e qualitativa, bem como, a identificação

de conhecimentos, habilidades e atitudes inerentes aos profissionais entrevistados.

5.5 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados são apresentados através de análise documental, observação e entrevistas, sendo reduzidas através das redações de resumos, da realização da estruturação de dados (gráficos, esquemas, tabelas, etc.) e codificações diversas, definidas como base nas categorias fundamentais conforme revisão bibliográfica, de forma a subsidiar a produção de análises quantitativas e qualitativas dos fenômenos, e que permitam a verificação dos aspectos relevantes ao estudo.

No que se refere aos dados dos cooperados e dirigentes obtidos através da utilização de questionários foram codificados e tratados eletronicamente, através de ferramentas computacionais. Esta fase do trabalho procurou-se fornecer respostas (ou quem sabe, novas indagações) as questões centrais que motivaram a pesquisa. Assim sendo, dará conta de uma articulação entre a configuração teórica pré-dita e a configuração empírica identificada em levantamentos de campo, onde se procurou ouvir os sujeitos envolvidos nas questões cooperativistas agrícolas na cidade de São Francisco do Pará (Brasil).

Para a identificação do grau de importância de cada competência, foi utilizada uma escala de avaliação do tipo Diferencial Semântico (DS), ou seja, é solicitada uma nota a um determinado conceito por meio de uma série de adjetivos bipolares, tais como: bom/ruim, fraco/forte, concordo/discordo. O conceito classificado de 1 a 5, cabendo aos entrevistados a livre escolha das opções descritas como única alternativa de resposta. Na seqüência, apresenta-se a estrutura do questionário utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo:

A primeira parte do questionário relaciona-se a dados sócio-econômicos para 30 sócios-cooperados. A segunda parte do instrumento é composta de 5 questões fechadas e 1 aberta, destinada à coleta de dados sobre conhecimento. A terceira parte do questionário é composta por 14 questões fechadas e 1 questão aberta, destinada à coleta de dados sobre as habilidades.

Por fim, a quarta foi destinada para a coleta de dados sobre atitudes, com 15 questões fechadas e 1 questão aberta. A questão aberta foi respondida pelos entrevistados, quando estes expressavam a sua opinião não listada em qualquer um das 3 partes anteriores.

5.6 - COLETA DE DADOS

Na primeira etapa de investigação, foi aplicado um pré-teste aos 30 cooperados locais. Com a aplicação do pré-teste, foi possível realizar alterações relacionadas às variáveis, para um aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados, conforme a sugestão dos entrevistados.

Após a validação do instrumento de pesquisa, realizou-se um contato com cada cooperado, onde foi abordada a temática de estudo, os objetivos e estratégias do trabalho de campo, bem como, o agendamento e autorização para a realização da entrevista.

A aplicação da pesquisa ocorreu durante o mês de maio de 2004, para 30 cooperados das cooperativas agrícolas de São Francisco do Pará (Brasil). O tempo médio de cada entrevista foi em torno de 15 a 20 minutos.

Solicitou-se dos entrevistados a indicação do grau de importância com a opinião expressa pelo enunciado, ou pela discordância, por meio de uma marca de verificação no local adequado a cada resposta de escala, que é constituída de 5 pontos, estabelecendo escore de 1 a 5 para cada resposta na escala bipolar, sendo os escores mais elevados associados ao adjetivo de enunciado positivo. O valor recebido pelo escore de 1 a 5 ficou assim definido:

1 - Sem importância;
2 - Pouca importância;
3 - Relativa importância;
4 - Muita importância;
5 - Extrema importância.

5.7 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Tabela 8: Distribuição dos dados sócio-econômicos da amostra de gestores da cooperativa

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	FREQÜÊNCIA RELATIVA
Sexo	Masculino	7	70%
	Feminino	3	30%
Idade	20 a 30 anos	3	30%
	31 a 40 anos	2	20%
	41 a 50 anos	3	30%
	51 a 60 anos	2	20%

Escolaridade	Nível Superior	1	10%
	Nível Médio	4	40%
	Nível Fundamental	5	50%
Profissão	Servidor público	3	30%
	Trabalhador autônomo	3	30%
	Profissional liberal	2	20%
	Aposentado	2	20%
Renda	Não informou	2	20%
	R$ 200,00 a R$ 300,00	3	30%
	R$ 300,00 a R$ 350,00	1	10%
	R$ 350,00 a R$ 400,00	3	30%
	R$ 400,00 a R$ 450,00	2	20%
	Acima de R$ 500,00	1	10%
Estado Civil	Solteiro	3	30%
	Casado	5	50%
	Separado	2	20%

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2004)

Verifica-se com pesquisa realizada que os gestores das cooperativas ainda possuem conhecimentos incipientes em relação a competências e/ou habilidades no que tange aplicar as técnicas de gestão, para que o dia-a-dia das atividades neste contexto, bem como, seus resultados sejam concretos. Como podemos observar na pesquisa acima, do universo de 30 cooperados, apenas 10, são os que fazem parte da gestão da cooperativa, sendo 7 homens e 3 mulheres. Neste aspecto, é relevante enfatizar que em relação ao nível de escolaridade de seus gestores, apenas 10% possui nível superior, enquanto os demais, isto é, os outros 90% estão divididos da seguinte forma: 40% possuem conhecimentos em nível médio e 50%, possui em nível fundamental, o que vem evidenciar os aspectos que vem sendo estudados ao longo deste processo científico, demonstrando que não é possível gerir um empreendimento *sui generis* como uma cooperativa, na qual, ao mesmo tempo, os seus sócios-cooperados são donos do próprio negócio e também colaboradores do mesmo. Além disso, muitos deles por falta de conhecimento, possuem ideais díspares, devido à diversidade cultural e intelectual existente nestas organizações.

Tabela 9: Distribuição dos dados sócio-econômicos da amostra de sócios-cooperados

Variável	Descrição	Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa
Sexo	Masculino	17	85%
	Feminino	3	15%
Idade	15 a 20 anos	1	5%
	21 a 30 anos	2	10%
	31 a 40 anos	5	25%
	41 a 50 anos	3	15%
	51 a 60 anos	4	20%
	61 a 70 anos	3	15%
	71 a 75 anos	2	10%
Escolaridade	Alfabetizados	5	25%
	Nível fundamental	10	50%
	Nível Médio	4	20%
	Nível Superior	1	5%
Profissão	Do lar	2	10%
	Estudantes	1	5%
	Aposentados	3	15%
	Desempregado	5	25%
	Produtor rural	5	25%
	Assentado	4	20%
Renda	R$ 200,00 a R$ 300,00	7	35%
	R$ 300,00 a R$ 350,00	6	30%
	R$ 350,00 a R$ 400,00	3	15%
	R$ 400,00 a R$ 450,00	2	10%
	Acima de R$ 500,00	2	10%
Estado Civil	Solteiro	5	25%
	Casado	11	55%
	Viúvo	2	10%
	Desquitado	2	10%

Fonte: Dados pesquisados pelo autor (2004)

Percebemos, por conseguinte, que os dados acima, evidenciam os dados sócio-econômicos dos cooperados, sendo da seguinte forma: dos 30 cooperados entrevistados, 20 são os colaboradores engajados nas atividades da cooperativa. Assim sendo, o número de homens é de 85% nas cooperativas, enquanto de mulheres é de apenas 15%. Relacionando-se ao aspecto educacional, a realidade destes colaboradores é de apenas 5% possuir diploma de ensino superior, enquanto 25% são apenas alfabetizados, 50% nível fundamental e 20% nível médio. Em termos profissionais antes de adentrarem na cooperativa, 25% dos entrevistados encontravam-se desempregados, demonstrando que o cooperativismo poderia ser uma sugestão para minimizar e *a posteriori* expurgar de uma vez por todas o desemprego estrutural da

realidade brasileira. A renda média daqueles que estavam em atividade de alguma forma, oscila em torno de R$ 200,00 a R$ 300,00, representa 35% dos cooperados, enquanto apenas 5% dos mesmos possuíam renda superior a R$500,00.

Tabela 10: Apresentação dos resultados das pontuações dos elementos conhecimento, habilidade e atitude dos cooperados.

CONHECIMENTOS	4	5
C1. Conhecer a missão e objetivos do empreendimento	12,25%	87,75%
C2. Conhecimento da comunidade	23,33%	76,67%
C3.Conhecimento dos recursos humanos	12,25%	87,75%
C4. Conhecimento do trabalho participativo	36,67%	63,33%
C5. Conhecimento do trabalho em cooperativismo	46,67%	53,33%
C6. Conhecimento em ferramentas de gestão	12,25%	87,75%
C7.Conhecimento em educação cooperativista / associativista	23,33%	76,67%
HABILIDADES		
H1. Ser capaz de comunicar-se de forma adequada com a equipe	19,33%	80,69%
H2. Saber identificar problemas	10,00%	90,00%
H3. Encontrar solução para os problemas	27,63%	72,37%
H4. Usar criatividade no seu trabalho e com a equipe	30,58%	69,42%
H5. Usar a empatia entre si	14,30%	85,70%
H6.Usar sua intuição no desenvolvimento do trabalho	42,90%	57,10%
H7.Ser capaz de motivar a equipe	34,10%	65,90%
H8. Ser capaz de promover e manter relacionamento com a equipe		100%
H9. Ser capaz de usar o planejamento como prática gerencial		100%
H10. Ser capaz de negociar	14,30%	85,70%
H11. Ser ético		100%
H12. Ser inovador e agente de mudanças	14,33%	85,67%
H13. Saber gerenciar os programas de participação	14,33%	85,67%
H14. Ser líder com a equipe e a comunidade	43,77%	56,23%
ATITUDES		
A1. Ser justo com a sua equipe	14,33%	85,67%
A2.Ser afetivo	28,98%	71,02%
A3.Ser aberto à negociação	13,00%	75,00%
A4.Ser aberto à mudanças	13,00%	87,00%
A5. Ser criativo e estimular a criatividade	11,78%	88,22%
A6. Ser aberto ao diálogo e saber escutar	11,78%	88,22%
A7. Ser facilitador do trabalho com os cooperados e a comunidade	11,78%	88,22%
A8. Incentivar a criatividade da equipe e da comunidade	11,78%	88,22%
A9. Desenvolver a iniciativa e a autonomia da cooperativa	43,00%	57,00%

A10. Ser um líder educador	43,00%	57,00%
A11. Ter envolvimento com o trabalho da cooperativa e com seus membros		100,00%
A12. Que demonstre humildade	39,00%	47,00%
A13. Que privilegie o trabalho em equipe		100%
A14. Que saiba resolver problemas	15,00%	85,00%
A15. Que saiba aceitar críticas	29,00%	71,00%

Nota: 3- Relativa importância; 4- Muita importância; 5- Extrema importância.

No que concerne as 7 variáveis destacadas no conhecimento (Tabela 10), 2, foram selecionadas com grau 5 (extrema importância), sendo as seguintes: C3 que se refere ao conhecimento dos recursos humanos no ambiente interno da cooperativa. Goleman (1995) expõe que um grupo é composto por variadas forças e perspectivas, operando em harmonia, irá produzir soluções melhores, mais criativas e eficazes do que o trabalho individual. Neste sentido, o cooperado para gerenciar a cooperativa, deve possuir um vasto conhecimento de sua área de atuação, ter um perfil sistêmico, ou seja, a visão do todo de uma cooperativa, visto que irá trabalhar com e por intermédio de pessoas, e, portanto, deverá descobrir em si mesmo, o espírito de liderança, bem como usar a criatividade e ter humildade no desenvolvimento de seu trabalho; C7 que se refere ao conhecimento em educação cooperativista e associativista, pois os fatores determinantes para o sucesso de um empreendimento são os seus recursos humanos, o que, por conseguinte, devem estar bem preparados intelectualmente para interagir interna e externamente, utilizando todas as ferramentas educacionais possíveis, para conquistarem, por fim, os resultados esperados.

No que tange a tabela acima, na variável habilidade com grau de valor 5 (extrema importância), apontam para: H8, ser capaz de desenvolver o trabalho em equipe. É um fator de relevância extrema, pois os responsáveis pela qualidade dos serviços prestados para a comunidade e os próprios cooperados, são os próprios envolvidos no processo. Além disso, manter uma sinergia (união) dentro de uma organização, faz toda a diferença no dia-a-dia e na busca de seus objetivos, como podemos observar, na H9. A boa habilidade de comunicação, aliada a habilidade de estabelecer metas, contribuem substancialmente para que as negociações possam fluir positivamente para o empreendimento, apontados na H10. No entender de (MARX *apud* LAZZAROTTO, 2000, p. 58) "[...] a postura e a ética são qualidades inquestionáveis [...]". Está sendo evidenciado, mais uma vez um dos valores mais importantes do cooperativismo, que busca praticar valores para competirem de forma equilibrada no contexto mundial da atualidade, evidenciada na H11.

De acordo com os resultados sobre as atitudes, a tabela acima

demonstra que 2 variáveis obtiveram o maior grau de análise (grau 5), sendo A11e A13, ter envolvimento com o trabalho, com a equipe e a comunidade. A interação no processo educacional e profissional é fundamental para toda e qualquer relação humana, o que de acordo com Freire:

> *A educação como intervenção tanto ao que aspira a mudanças radicais da sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, a terra, à educação, à saúde, quanto à que pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta. (FREIRE, 1996, p. 122-126).*

Por conseguinte, é relevante enfatizar que ao longo de toda a pesquisa muitos cooperados entrevistados afirmarem o quão importante era buscar o conhecimento (C1; C6), ter habilidade para lidar com os recursos humanos inerentes a estas organizações cooperativas (C3), ter envolvimento com todos da cooperativa (A11) e ser ético (H11), estas propostas na prática, não ocorrem, o que vem evidenciar, na verdade, os entraves que se tornaram o nosso objeto de investigação, conforme podemos observar na tabela 10.

No que tange o item A14, pudemos observar que muito embora, 85% dos entrevistados apontassem que a atitude de resolver problemas fosse de extrema importância (grau 5), na resposta do instrumento de pesquisa, no item “o”,nos dados apresentados era 12,25% que conheciam a estrutura da cooperativa, enquanto 87,75% desconheciam tal estrutura organizacional. No item H9, observamos que ser capaz de usar o planejamento como prática gerencial é fundamental para os entrevistados, no entanto, quanto à participação do planejamento da cooperativa, o que vem confrontar com o item “p”, que aponta apenas 14,30% dos cooperados participa do planejamento, enquanto 85,70%,fica à margem do processo. O mesmo dado aponta para 5% de conhecimento de algum tipo de planejamento, o que demonstra uma lacuna no processo educacional cooperativista.

Por fim no que concerne o item C6, ou seja, o conhecimento em ferramentas de gestão, pudemos observar que 12,25% dos entrevistados apontaram que é um conhecimento de muita importância (grau 4), sendo que 87,75% apontaram como extrema importância (grau 5). Contudo, o item “n” do instrumento, aponta que dentre os cursos de capacitação realizados pelos cooperados, apenas 30% dos mesmos participaram do curso de gestão cooperativista; 20% em associativismo; 5% em planejamento; 0% em legislação; 0% em Conselho fiscal; 0% em marketing; 25% em produção; 20% em agronegócio; 0% em relacionamentos interpessoais.

C A P Í T U L O 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se neste trabalho que o profissional da atualidade deve possuir um perfil flexível, isto é, que se adapta com facilidade a mudanças, e que sabe trabalhar em equipe. Relacionado ao trabalho em equipe, (QUEIROZ *apud* GOLEMAN, 2000, p. 17) expõe que um grupo é composto por variadas forças e perspectivas, operando em harmonia, irá produzir soluções melhores, mais criativas e eficazes do que o trabalho individual. Na medida em que os serviços baseados no capital intelectual e no conhecimento, como é o caso da escola, se tornam mais fundamentais para o mercado de trabalho, melhorar a maneira como as pessoas trabalham em equipe será a grande forma de influenciar o capital intelectual, o que fará uma grande diferença. Para prosperar, senão para sobreviver, as empresas deverão desenvolver a eficiência do trabalho em grupo.

É válido ressaltar que, muito embora em nosso país, culturalmente falando, prevaleça o individualismo competitivo, neste contexto reside um grande problema: confundem individualidade com individualismo e qualidade aliada à competência, com competição. Um desenvolvimento equilibrado da individualidade é aquele centrado no crescimento pessoal e na autonomia. O individualismo é a preocupação excessiva apenas com o que lhe é próprio, esquecendo-se dos demais. Os que apostam na competição, esquecem que o fator primordial é à busca da qualidade e da competência. Com uma preparação prévia adequada, competência e qualidade farão os serviços e produtos de uma empresa estar sempre bem posicionados no mercado. Eles, naturalmente serão competitivos. Não porque conquistaram seu espaço em detrimento do fracasso de outros, mas porque são bons e têm qualidade para ocupar um determinado espaço. O mundo espera, portanto, que pessoas preparadas, com domínio de sua área de atuação, porém, quer pessoas que possam contribuir de alguma forma para o sucesso de outras, que valorizem seus parceiros, que dêem opiniões e que critiquem, quando julgarem necessário.

Por conseguinte, verificamos o quão é importante o engajamento da escola neste contexto. Ela detém em suas mãos a oportunidade de repassar conhecimento, habilidades e/ou aptidões que serão úteis para a vida de seus discentes e também para o mercado de trabalho. É vital fazer com que seja ensinada a cooperação no contexto educacional, pois a aprendizagem cooperativa é um caminho aberto e uma ferramenta inigualável nas mãos dos professores.

Neste sentido, a economia solidária, em particular o cooperativismo, possui um papel importantíssimo no equacionamento de entraves sociais que o mercado por si só, não é capaz de fazer. Porque, sendo em muitos aspectos o paradigma da eficácia e da sua promoção, o mercado é eficaz na alocação

de recursos, mas não na sua distribuição e na satisfação das necessidades diferenciadas e específicas de cada um dos intervenientes no jogo. Um papel que pode ser desempenhado com particular importância social em contextos de atividades, de regiões ou de contextos sociais em que, por um motivo ou outro, as dinâmicas de mercado são incipientes.

De acordo com (CAMPOS, 2000) cabe ao Estado e à sociedade civil intervir em demanda do equilíbrio e da separação de poderes que definem as sociedades desenvolvidas, garantirem que existe um espaço, amplo e participado, para o florescimento de lógicas que têm numa dimensão não exclusivamente economicista, do lucro, do mercado e da competição o seu mote. O Estado pode e deve promover a equidade e a qualidade social, e garantir apoios a quem assegura a efetiva satisfação das necessidades dos cidadãos, articulando assim, a sua ação com as dinâmicas estritamente no mercado.

No que se refere à educação cooperativista, é válido ressaltar que por vivermos em uma época em que a produção, o uso da atualização tecnológico qualifica as condições de desenvolvimento das sociedades e isto passa a ser uma verdade incontestável. Portanto, importa investir em educação e reeducação permanentes. Em face de um intenso, rápido e complexo processo de mudanças, é essencial aprender e reaprender. A educação passa a ser um instrumento de crescimento de uma nação. O que faz a diferença entre os países é o "capital intelectual", devidamente atualizado e desenvolvido.

Neste sentido, não se nasce cooperador, num ambiente competitivo e individualista. Não se muda o comportamento sem mudar a mentalidade das pessoas. E uma mentalidade diferenciada só se adquire por meio de uma educação continuada e consistente, motivada por idéias, valores, princípios e atitudes que apelem à solidariedade, à ajuda mútua.

Contudo, é normal que o candidato a associado ingresse numa cooperativa a fim de obter apenas benefícios individuais. O que não é normal é a cooperativa se manter durante anos, com a mesma atitude. Cabe à cooperativa empenhar-se em prol da educação de seus associados, da ajuda mútua e da solidariedade, motivando todos os que dela fazem parte, a aquisição do verdadeiro sentido da cultura cooperativista.

Reportando-se ao Estado do Pará, em novembro de 2001, ocorreu o III Congresso Brasileiro de Cooperativas de Crédito-III CONCRED, amplo evento nacional que abriu espaço ao tema com a sessão: Universidades e Cooperativas-integrando a tecnologia e desenvolvimento, teve como resultado, uma consolidação maior do potencial de agropecuária e agronegócios.

De modo geral, as cooperativas sentem necessidade de maior

cooperação entre universidades e cooperativas, para a utilização de resultados das pesquisas acadêmicas, tal como sempre fez, com sucesso, nas áreas de tecnologia aplicada à agropecuária e ao agronegócio. Porém, faltam formas articuladas de organização da interface universidade-cooperativa, que estimulem o desenvolvimento, pelas estruturas universitárias, de diferentes campos de pesquisa, de educação continuada e de treinamento segundo a demanda das diferentes categorias de cooperativas.

O cooperativismo poderá em um futuro próximo, se inspirar nas inovadoras parcerias entre universidades e empresas capitalistas, ou seja, estas parcerias poderiam ser utilizadas pelas empresas cooperativas, sobretudo no setor agrícola, como os casos de participação das universidades e/ou dos pesquisadores universitários no que tange os resultados da comercialização das pesquisas que os mesmos desenvolvem para as empresas, a fim de criar fundos destinados a novas pesquisas. Desta forma, as universidades públicas e privadas poderiam contar com o orçamento adequado para investimentos em pesquisas, bem como, em programas básicos de ensino de graduação e de pós-graduação.

O interessante é a sugestão é a atuação das universidades como organizações, a exemplo do que já acontece nos EUA e muitos países europeus, as chamadas *Corporate Universities*, que se apresentam como um conjunto de faculdades das mais variadas áreas de conhecimento. Pode-se fazer uma adaptação ao cooperativismo como *Cooperative Universities*, o que seria bastante válido para que o sistema cooperativista buscasse analisar as potencialidades destes programas e verificar até que ponto deve-se manter a postura do modelo tradicional de universidade, visto que o ensino a distância é uma das características marcantes deste período.

Por fim, na realidade paraense, os associados das cooperativas de produção localizadas nas áreas rurais, a potencialidade de contribuição do segmento cooperativo ao processo de acumulação de crescimento econômico no Pará, dada a existência de produtos com boas condições competitivas no mercado. Assim, faz-se necessário estabelecer um conjunto de estratégias, aliadas às ferramentas de gestão, a fim de fortalecer as estruturas administrativas das cooperativistas e um amplo programa de capacitação dos associados das mesmas dentre as quais podemos citar:

Fortalecimento e incentivo do ensino cooperativista nas escolas, em todos os níveis;

Atualização da Lei 5.764/71 – regime militar;

Consolidação da difusão do conhecimento pelos cooperados, no que tange as ferramentas de gestão;

Desenvolvimento de Políticas Governamentais para desenvolvimento de C&T e P&D nas cooperativas;

Implantação de modelos alternativos de trabalho, a exemplo do trabalho autônomo, cooperativo e associativo, beneficiando as estruturas familiares.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Cooperativa de trabalho: mudança das relações de produção. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, mar. 1998.

BRITO, A. M. do C. **Cooperativismo de crédito**: uma alternativa sócio-econômica para o trabalhador. Belém: UNAMA, 1996.

CAMPOS, M. Pensamento cooperativo. **Revista pensamento cooperativo**. Lisboa, v. 1, n. 1, dez. 2000.

CARLOS, Fernando. **A Importância das Cooperativas no Desenvolvimento do Pequeno Agricultor**. Belém, 1993. Tese (Mestrado do Curso de Administração de Empresas) - Universidade da Amazônia, Belém, 1993.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. **A Educação cidadã na visão empresarial**: o Telecurso 2000. Campinas: Autores Associados, 1999.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR. **Relatório**. São Francisco do Pará, 2000. p. 9-88.

CORREIA, J. A. **Os lugares comuns na formação dos professores**. Porto: Formação/ ASA, 1999. (Cadernos Correio Pedagógico)

DEMO, Pedro**. Pobreza política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DRUCKER, P. F. **Administração na próxima sociedade**. São Paulo: Atlas, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Belo Horizonte: Nova Fronteira, 1988.

FERRINHO, H. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Porto: Clássica, 1978. (Coleção Técnica-agrária)

FONSECA, M. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J. e HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas**

Educacionais. São Paulo, Cortez, 1998, p. 229-250.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **Educação e ascensão do capitalismo real**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Trabalho e conhecimento**: dilema da educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP. *Relatório*. Belém: 1999.

GREEN, P. C. **Desenvolvendo competências consistentes**: como vincular sistemas de recursos humanos a estratégias organizacionais. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Porto Alegre: Ws, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Dados estatísticos demográficos. Disponível em: http://www.ibge.gov.br.. Acesso em: 17/01/2004.

LAKATOS, E, M. **Sociologia da Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

LDB - Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.** Brasília, DF, v. 14, n. 17, dez. 1996.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MENEZES, Antonio. **Nos rumos da Cooperativa e do Cooperativismo**. Brasília: Stilo, 2005.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea***:* a ciência e a arte de ser dirigente. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, D. A. (org). **Gestão democrática da educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **Manual de orientação para constituição de cooperativas:** conforme a nova nomenclatura do sistema OCB. 7. ed. Brasília, 1999. p. 96.

PINHO, Diva Benevides. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas**: compartilhando Igualdade e Responsabilidade. Brasília: OCB; SESCOOP; ESETec, 2000.

_____. **Universidade, Gênero e Cooperativas:** OCB debatendo grandes temas do século XXI. Brasília: SESCOOP, 2001.

PORTER, M. **Competição***:* estratégias competitivas essenciais. 2. ed. São Paulo: Campus, 1979.

QUEIROZ, F. **Projeto de intervenção**: o aprendendo a ser dono e a viabilidade de mercado da COOPERTUR. Recife: Departamento de Educação da UFRPE, Nov. 2000.

RICCIARDI, L. P. **Comunicação e educação cooperativista**. Campinas: Autores Associados, 1995.

ROBBINS, Stephen. **Administração:** mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROESCH, S. M. **Projetos de estágio e pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTO, Benedito Rosa Espírito. **Os caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP/PA. Manual do cooperado: o que é cooperativismo*?* Belém: Smith, 2000.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP/PA. Relatório PLANFOR. Belém: SETEPS/SESCOOP, 2001.

SOUZA, J. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**: anos 90. Campinas: Autores Associados, 2002.

TRIOLA, F. M. **Introdução à estatística**. Rio de janeiro: LTC, 1998.

VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Manual prático das sociedades cooperativas**. São Paulo: LTR, 1995.

Obra composta usando a tipologia Times New Roman, capa em Triplex (especificação do papel) 250 g/m², miolo em AP 75 g/m² da (empresa fab. do papel), impresso pela (gráfica) em (mês da impressão) de 2008.